

**AS TRADIÇÕES
GAÚCHAS
E SUA
RACIONALIZAÇÃO
NA
MODERNIDADE
TARDIA**

CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO

**AS TRADIÇÕES GAÚCHAS
E SUA RACIONALIZAÇÃO NA
MODERNIDADE TARDIA**

Conselho Editorial Acadêmico
Responsável pela publicação desta obra

Dr. Marcos Tadeu Del Roio
Dra. Claude Lépine
Dr. Francisco Luiz Corsi
Dra. Célia Aparecida Ferreira

CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO

AS
TRADIÇÕES GAÚCHAS
E SUA
RACIONALIZAÇÃO NA
MODERNIDADE TARDIA

CULTURA
ACADÊMICA 

Editora

© 2010 Editora UNESP

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.com.br

feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

L989t

Luvizotto, Caroline Kraus

As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia /
Caroline Kraus Luvizotto. – São Paulo : Cultura Acadêmica, 2010.
140p. : il.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-088-4

1. Gaúchos – Rio Grande do Sul - Usos e costumes. 2. Rio Grande
do Sul – Usos e costumes. 3. Querela entre antigos e modernos.
4. Conflito cultural. 5. Internet. I. Título.

10-6447.

CDD: 981.65
CDU: 94(816.5)

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

*Ao meu Deus e Senhor pelo dom da vida
À minha fantástica família pelo amor e compreensão
Aos meus queridos amigos pela companhia e apoio
Ao Sol que brilha e aquece os meus dias*

SUMÁRIO

Lista de ilustrações	9
Apresentação	11
Introdução	13
Rio Grande do Sul: cultura e tradições	19
Modernidade e modernidade tardia	53
A (re)invenção da tradição no contexto da modernidade tardia	65
Tradição e ludicidade	81
Preservação e transmissão das tradições	99
Conclusão	129
Referências bibliográficas	135

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – CTG distribuídos pelo Brasil 41
- Figura 2 – Organograma do IGTF 51
- Figura 3 – Logotipo do ENART 2008 86
- Figura 4 – Entrada do Parque da Oktoberfest em Santa Cruz do Sul 86
- Figura 5 – Acampamento do CTG Adaga Velha 87
- Figura 6 – Acampamento do CTG Rodeio da Querência 87
- Figura 7 – *Banner* com a programação do evento para o palco D 81
- Figura 8 – Barraca de comidas típicas do Rio Grande do Sul 90
- Figura 9 – Churrasco no acampamento 91
- Figura 10 – A pilcha. Roupas típicas gaúchas e as prendas ao fundo 92
- Figura 11 – Jovens trajando bombacha 93
- Figura 12 – Apresentação de chula 94
- Figura 13 – Apresentação de dança modalidade tradicional 95
- Figura 14 – Apresentação de dança estilo livre 95

- Figura 15 – *Blog do Movimento Tradicionalista Gaúcho, MTG, da 21ª Região Tradicionalista* 111
- Figura 16 – Seguidores do *blog do Movimento Tradicionalista Gaúcho, MTG, da 21ª Região Tradicionalista* 111
- Figura 17 – RSS do *website do Grupo Musical Guapos* 113
- Figura 18 – Twitter da Rádio Gauchinha 115
- Figura 19 – *Bookmarks sobre cultura gaúcha disponíveis no Delicious* 116
- Figura 20 – Página do Orkut da comunidade CTG 117
- Figura 21 – Bandeira do RS fincada nas terras da Ilha Brasil Porto Alegre no Second Life 120
- Figura 22 – Avatar observando o palco do CGT Virtual Estância Celeste Brasil 121
- Figura 23 – Avatares conversando com o capataz Toninho Barzane 121
- Figura 24 – Espaço para celebrar a tradição gaúcha 122
- Figura 25 – Baile no CTG virtual 122
- Figura 26 – *Website da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha* 123
- Figura 27 – *Website do Movimento Tradicionalista Gaúcho* 124
- Figura 28 – *Website do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore* 125

APRESENTAÇÃO

Este livro analisa a racionalização das tradições num contexto de modernidade tardia. O estudo tem como ponto de partida as tradições gaúchas e sua manifestação nos Centros de Tradição Gaúcha (CTG). O estudo foi desenvolvido com base na bibliografia especializada sobre o tema e em uma pesquisa efetuada durante o Encontro de Arte e Tradição Gaúcha (Enart), realizado em 2008 na cidade de Santa Cruz do Sul (RS).

Os estudos apontam que a modernidade tardia traz à tona a re-flexibilidade e racionalização das relações, experiências e tradições. Tradições são (re)inventadas e, nesse caso, (re)inventadas tendo o CTG como cenário, e essa (re)invenção permite manter os vínculos e a sociabilidade do grupo sociocultural que se reconhece enquanto grupo e se diferencia dos demais por identificar-se em torno de símbolos, práticas, crenças e rituais que unem seus membros, pois é comum a todos estes, independente do espaço geográfico que ocupem.

Na modernidade tardia, o caráter de ludicidade atribuído às tradições (re)inventadas no CTG é o fio condutor para inúmeras relações que se estabelecem nesse cenário e é o combustível de todas as práticas e rituais vivenciados ali. A ludicidade das atividades dá sentido às práticas tradicionalistas e a toda tradição que foi (re)in-

ventada e que passa a ser racionalizada no contexto da modernidade reflexiva.

Essa apropriação do caráter *lúdico* das tradições e as relações estabelecidas no CTG a partir dos símbolos, práticas e rituais sinalizam que estamos vivenciando no Brasil uma situação de modernidade tardia. Nessa situação da modernidade tardia, a tradição racionalizada é uma maneira de evitar choques entre diferentes valores e modos de vida, uma vez que age como articuladora de atores e grupos sociais, entre as diferentes instâncias do mundo social.

O presente livro baseia-se na tese de doutorado defendida em 2010 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP, campus de Marília, orientada pelo prof. dr. José Geraldo Alberto Bertoncini Poker.

Agradeço ao Conselho de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela indicação desta obra para publicação e em especial o apoio do prof. Poker durante toda a confecção da tese e seu empenho para a publicação deste livro.

Caroline Kraus Luvizotto

INTRODUÇÃO

Este livro tem como tema a tradição e a modernidade. Seu traço mais marcante é a tradição gaúcha e sua manifestação nos Centros de Tradições Gaúchas (CTG): as tradições são (re)inventadas e racionalizadas nesse espaço, que é, por excelência, o espaço para a manifestação das tradições gaúchas. Esse cenário tem como pano de fundo a modernidade tardia, que traz à tona um contexto de reflexividade e de racionalização das relações, experiências e tradições. Tradições essas que são (re)inventadas e, nesse caso, (re)inventadas tendo o CTG como cenário para manter os vínculos e a sociabilidade de um grupo sociocultural que se reconhece enquanto grupo e se diferencia dos demais por identificar-se em torno de símbolos, práticas, crenças e rituais que unem seus membros, pois é comum a todos eles, independente do espaço geográfico que ocupem: onde há um CTG sempre haverá um espaço destinado ao culto das tradições gaúchas.

As tradições são (re)inventadas na medida em que estão intimamente ligadas ao dinamismo cultural da sociedade moderna. Mesmo (re)inventada, a tradição atua como ingrediente necessário no discurso dos guardiães da tradição. Esse discurso, entre outras coisas, serve para manter a vinculação identitária do grupo e o sentido de coletividade das ações sociais produzidas pelos sujeitos ativos nesse grupo.

Na modernidade tardia, as tradições são (re)inventadas porque são racionalizadas. São (re)inventadas para criar um cenário no qual se racionalizam os elementos, os símbolos, as práticas, com o objetivo de prover ideologicamente os indivíduos de uma segurança ontológica, (re)criando suas identidades, permitindo que o *eu* contido e reprimido nas sociedades pré-modernas se manifeste, possibilitando ao indivíduo pensar a si próprio.

O CTG é o espaço criado para acolher as manifestações da tradição gaúcha e é nele que faz sentido todo o culto, toda a prática, toda a atividade que envolve os símbolos e rituais dessa tradição. A associação em torno dele é livre, basta que haja a identificação com os símbolos e rituais apresentados nesse espaço e não é cobrado de nenhum membro do CTG que pratique esses rituais fora dali, pois o CTG não tem caráter normativo nem pretende regulamentar a vida dos seus membros. Esse espaço é necessário para manter a sociabilidade e o vínculo daqueles que se identificam como gaúchos. Num contexto de modernidade tardia, é o CTG que recria referenciais tradicionais ampliando-os num cenário no qual as tradições são trazidas sob o aspecto *lúdico*, não para servir de mecanismo de coordenação das práticas sociais, mas sim para servir de pano de fundo para a sociabilidade, relações sociais coletivas e duradouras estabelecidas a partir da identidade cultural dos gaúchos.

Parte-se do pressuposto de que na modernidade tardia o caráter de ludicidade atribuído às tradições (re)inventadas no CTG é o fio condutor para inúmeras relações que se estabelecem nesse cenário e é o combustível de todas as práticas e rituais vivenciados ali. A ludicidade das atividades dá sentido às práticas tradicionalistas e a toda tradição que foi (re)inventada e que passa a ser racionalizada no contexto de modernidade reflexiva. Essa apropriação do caráter *lúdico* das tradições e as relações estabelecidas no CTG a partir dos símbolos, práticas e rituais sinalizam que estamos vivenciando no Brasil uma situação de modernidade tardia.

Este livro apresenta análises sobre as tradições no contexto da modernidade, bem como sobre o caráter de racionalização e reflexi-

vidade das tradições (re)inventadas. As análises são feitas da perspectiva da sociologia compreensiva e o livro está dividido em cinco capítulos. Ressalta-se que existem muitos olhares sobre a complexidade da relação existente entre tradição e modernidade tardia, mas elegeram-se as abordagens a seguir como necessárias para a análise que se propõe neste estudo.

O primeiro capítulo tem como objetivo expor a origem, estrutura e funcionamento do CTG. Para tanto, apresentam-se, de modo descritivo, aspectos relacionados ao Rio Grande do Sul: a ocupação da região, as atividades econômicas e o povo gaúcho. Acredita-se que essa visão geral dos aspectos que antecedem o surgimento do CTG seja importante para discorrer sobre o tradicionalismo e, por fim, tratar do Movimento Tradicionalista e do próprio CTG, nas suas mais diversas características.

São apontadas no texto as diversas configurações histórico-culturais que constituíram o Rio Grande do Sul desde sua colonização. Não é objeto desta obra discutir os conflitos étnicos e culturais inerentes do processo de interação desses povos. Na compreensão do tradicionalismo gaúcho não são descartados esses conflitos e entende-se que são partes constitutivas do processo de criação da identidade gaúcha, mas o estudo limita-se apenas a descrever esses grupos.

Ao falar do Movimento Tradicionalista, o objetivo é compreender aspectos relativos à sociabilidade do gaúcho e elementos que fortalecem a relação que o movimento tem com suas tradições, mas não serão focalizados os aspectos políticos e econômicos do movimento, por acreditar-se que não é objeto de análise deste livro.

O CTG é descrito nesta obra desde sua origem, suas características, e sua distribuição pelo Brasil e pelo mundo. No que se refere a sua estrutura e funcionamento, são utilizados documentos do próprio centro. Esses documentos não são analisados. Apenas ilustram qual é a estrutura, funcionamento e finalidade do CTG segundo os próprios tradicionalistas. Reconhece-se que esses documentos não expressam a verdadeira relação que os tradiciona-

listas têm com a sociedade sul-rio-grandense e brasileira, de modo geral. Mas não é objeto deste livro analisar essas relações nem analisar o discurso tradicionalista.

A análise sobre modernidade e modernidade tardia ou reflexiva apresenta-se no segundo capítulo. Trata-se de uma análise essencial, uma vez que a modernidade tardia é o pano de fundo para a reflexão em torno da tradição. Em particular adota-se as visões de Beck e Giddens sobre o tema por entender que são as visões mais representativas, de acordo com os instrumentos e referenciais teóricos deste estudo.

O terceiro capítulo trata das tradições no contexto da modernidade tardia. Partindo das reflexões de Hobsbawm, Sahlins, Elias e Giddens, procuram-se situar as tradições (re)inventadas no cenário da modernidade tardia e como se configura a relação *nós/eles* tendo como pano de fundo a tradição. Para melhor compreender essa relação, apresentam-se reflexões sobre etnicidade e identidade étnica baseadas nos estudos de Poutignart, Streiff-Fenart, Barth e Oliven.

O quarto capítulo descreve o aspecto *lúdico* das tradições. Partindo das contribuições de Huizinga, esse capítulo discorre sobre o Encontro de Arte e Tradição (Enart) que ocorre anualmente no Rio Grande do Sul. Trata-se de um estudo baseado na observação e em depoimentos colhidos durante o próprio evento, em novembro de 2008. Competições, festividades e confraternização são as marcas dessa atividade que exalta a tradição gaúcha. Esse evento é o pano de fundo para discutir a ludicidade nas tradições gaúchas neste livro.

Por fim, o quinto capítulo diz respeito à transmissão e preservação das tradições. Num cenário de modernidade tardia faz-se necessário compreender quais são os mecanismos que o CTG tem à sua disposição para fortalecer o vínculo identitário de seus membros e transmitir as tradições. Esse capítulo demonstra, portanto, como os CTG utilizam a Internet para divulgar, ensinar, disseminar e preservar conteúdos tradicionalistas. Lévy e Castells, além de O'Reilly, são os principais referenciais dessa seção, que discorre sobre as ferramentas Web 2.0 utilizadas pelos desenvolvedores dos

websites que apresentam conteúdo tradicionalista, com o objetivo de tornar o ambiente informacional digital mais interativo e colaborativo para o usuário, qual seja, o indivíduo que busca e acessa conteúdo tradicionalista na Internet.

Assim como as tradições gaúchas transmitidas via Internet, oferecidas a todos, ao alcance de qualquer um, a ludicidade presente nos CTG e no Enart são elementos essenciais para discutir as tradições na modernidade tardia.

1

RIO GRANDE DO SUL: CULTURA E TRADIÇÕES

A cultura gaúcha e suas expressões estão alicerçadas em tradições, em conhecimentos obtidos pela convivência em grupo, somados a diversos elementos, entre eles, os históricos e os sociológicos. Seus legados e sua tradição são transportados para as gerações seguintes, sujeitos a mudanças próprias de cada época e circunstância.

Neste livro, o ponto de partida para explorar a tradição gaúcha é o sentido de tradicionalismo, conceito que está intimamente ligado à configuração histórico-cultural do Rio Grande do Sul (RS). É o sentimento de tradicionalismo que une pessoas em torno do Movimento Tradicionalista gaúcho e cria uma identidade comum a todos esses sujeitos: ser gaúcho.

Dessa maneira, para abordar o CTG neste estudo e apresentar o papel que ocupa na reflexão sobre as tradições num contexto de modernidade tardia, acredita-se que seja necessário, primeiramente, abordar as construções simbólicas que dão sentido à figura do gaúcho, bem como características sobre a história da ocupação do Rio Grande do Sul para que, a partir desses elementos descritivos, possa-se compreender a origem do CTG na sociedade sul-rio-grandense.

Ocupação e colonização

Não é possível pensar no RS como um estado composto por uma população culturalmente homogênea. Isso é apenas força de expressão. Ele apresenta diferentes faces, e cada uma tem a sua cultura, os seus rostos e suas falas.

Temos um RS açoriano e de origem portuguesa, um RS dos italianos, dos alemães, dos pomeranos. Espalhado por todo o estado, está também o RS dos afro-brasileiros, descendentes dos negros trazidos contra a vontade e que, apesar disso, conseguiram manter traços de sua cultura. Assim também, espalhados por toda a sua área, estão os descendentes dos povos indígenas, primeiros habitantes da região. Mesmo após toda a opressão e perseguição do período colonial que dizimou milhares de indígenas, ainda hoje existem pequenos grupos que vivem nas reservas de Nonoai, Iraí e Tenente Portela, e que lutam para manter suas identidades. São eles os mbyás-guaranis e os caingangues.

Fugindo da dominação e perseguição vieram os poloneses e judeus. Assim também aconteceu com os sul-rio-grandenses de olhos puxados, descendentes dos japoneses que vieram para o estado durante a 2ª Guerra Mundial e que preservam seus costumes vivendo em suas comunidades.

Esses são alguns dos povos que vieram para a região, embora outros também estejam presentes, porém em contingentes não tão significativos. Como se vê, não há um único Rio Grande do Sul, mas muitos. Sem dúvida, essa heterogeneidade étnica e cultural resultou, da mesma forma que em outras regiões do país, em uma constante emergência de tensões e conflitos sociais de toda ordem. Não é objetivo deste estudo identificar ou descrever esses conflitos. Nesta seção serão descritos alguns elementos da história da ocupação do estado, para que se possa caracterizar a configuração histórico-cultural do gaúcho.

A história da ocupação e do povoamento do Rio Grande do Sul está demarcada pela questão fronteiriça. Região-limite entre dois impérios – o espanhol, com sede em Buenos Aires, e o português, com sede no Rio de Janeiro –, o chamado Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul desde o século XVII foi permanentemente disputado pelas duas coroas ibéricas.

Pelo Tratado de Tordesilhas de 1493, a linha que separava os dois reinos católicos passava, na sua extensão meridional, ao largo do litoral do atual Estado de Santa Catarina e a região que viria a fazer parte do RS pertencia aos espanhóis. Portugal, por sua vez, sempre procurou estabelecer como sua real fronteira, como limite extremo do seu império na América do Sul, não uma linha abstrata, mas sim a margem esquerda do rio da Prata. Todos os conflitos entre o Brasil e seus vizinhos do Prata foram decorrentes dessas duas visões antagônicas sobre quais eram os marcos verdadeiros que os separavam.

O RS foi desde o início uma *fronteira quente*, isto é, local de disputa militar, de guerras e de arranjos diplomáticos, área de conflitos que se estenderam dos finais do século XVII até o século XIX. O Estado do Rio Grande do Sul, segundo Dacanal (1992), desempenhou duas funções importantes desde o início de sua ocupação. A primeira foi a de ser um local estratégico que garantia a presença portuguesa junto às áreas de colonização espanhola. A segunda, e não menos importante, foi a de fornecer alimentos e outros bens para as demais regiões do país.

A história da ocupação no RS começou muito antes da chegada dos portugueses àquele território. A região era povoada por índios, sendo vista como terra de ninguém. Apenas alguns aventureiros em busca de escravos se arriscavam a adentrar aquele território de difícil acesso. Zattera (1995) explica que os índios estavam subdivididos em tribos espalhadas pela região. No início havia o grupo jê, ramo dos tapuias, que se localizava no norte e nordeste. Desse grupo se derivavam os guaianás, subdivididos em ibiraiaras, caaguás, arachãs, carijós, tapes e, mais adiante, os caingangues. Outro grupo de indígenas encontrado no Rio Grande do Sul foi o

dos mbaias, que se subdividia em seis nações: charruas, minuanos, guenoas, yaros, mboanes e chanás, instalados mais ao sul e sudeste.

Em 1626, depois de atacados pelos paulistas em suas reduções no Paraguai, os jesuítas se instalaram no território que atualmente compreende o Rio Grande do Sul e fundaram a Redução de San Nicolas, na chamada zona do Tape, reunindo inúmeras tribos guaranis. Em 1641, depois de combatidos e expulsos, os jesuítas levaram consigo a maioria dos índios catequizados, deixando, no entanto, parte do gado que criavam. Sem dono, esse gado se tornou selvagem e bravio e formou uma grande reserva no espaço conhecido como Vacarias del Mar. Zattera (1995) conta que, a partir desse momento, esse gado se tornou importante economicamente pelo aproveitamento do couro e a prática de sua caça passou a integrar o cotidiano da população local.

Em 1682, os padres jesuítas retornaram ao Rio Grande do Sul e fundaram na região dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, Argentina e Paraguai, as Missões Jesuítas, onde grande número de índios guaranis, submetidos pelos religiosos, foram convertidos ao cristianismo. Para alimentar tantos índios, os jesuítas utilizaram o gado criado nas pradarias gaúchas, aproveitando clima e vegetação favoráveis. E para se livrar dos constantes ataques de bandeirantes, os jesuítas resolveram concentrar os índios convertidos, que não eram poucos, em uma região mais segura, situada a noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e fundaram os Sete Povos das Missões (1687). A base econômica era assentada na criação de gado com a extração do couro, mas os missionários dos Sete Povos se conscientizaram da importância da produção de erva-mate usada pelos índios e, posteriormente, pelos padres.

Em 1750, o Tratado de Madri¹ entre Portugal e Espanha estabeleceu que a região das Missões passasse para Portugal e, por maior que tivessem sido os esforços dos jesuítas, as Missões foram des-

1. O Tratado de Madri, assinado em 1750 entre Portugal e Espanha, dispunha que as missões passariam ao domínio português, ficando a Colônia de Sacramento com a Coroa espanhola, não chegando, contudo, a efetivar essa troca.

manteladas. Apesar disso, deixaram um legado que, sem dúvida nenhuma, veio a influenciar a história dessa região: os grandes rebanhos de bovinos e cavalos criados soltos nas pradarias gaúchas (Zattera, 1995).

A presença do gado foi o principal motivo para a ocupação e fixação de portugueses em solo gaúcho. A Coroa garantia aos imigrantes a propriedade de um pequeno terreno, mas não garantia o seu sustento. Assim, somente em 1770 uma leva de imigrantes açorianos chegou à província para povoar a região das Missões. Devido às dificuldades de transporte, esse grupo se fixou na área onde hoje está a cidade de Porto Alegre. Praticavam a agricultura de pequena propriedade e tinham uma economia voltada para a pecuária.

Como descreve Bandeira (1995), a partir do século XIX, o governo brasileiro passou a incentivar a vinda de imigrantes europeus para o Brasil com a intenção de formar uma camada social de homens livres com habilitação profissional. Como essa ideia foi rejeitada por grande parte dos senhores de terras e escravos do norte do país, o governo direcionou os imigrantes para os estados do Sul.

Os primeiros imigrantes que chegaram à província foram os alemães, em 1824, que, situados na região do atual município de São Leopoldo, em pouco tempo começaram a transformar o lugar.

Medina (1997) relata que os primeiros colonos alemães a se instalar no Rio Grande do Sul viajaram no navio *Anna Luise*, partindo de Hamburgo em 5 de abril de 1824 e desembarcando no Rio de Janeiro em 4 de junho do mesmo ano. A bordo do bergantim *São Joaquim Protector*, 38 imigrantes rumaram para Porto Alegre e, em 25 de julho de 1824, começaram a se instalar às margens do rio dos Sinos, na antiga Real Feitoria de Linho Cânhamo, fundando a colônia de São Leopoldo. Consta que, até 1825, um total de 1.027 imigrantes chegou à colônia.

O autor também aponta que os colonos que vieram para o RS ainda não tinham sido afetados pela industrialização e, ao chegarem à nova terra – no caso a colônia de São Leopoldo –, encontraram toda a base necessária para trabalhar, uma vez que eram em grande

parte camponeses e a região só podia oferecer terras para plantio. Para os que saíram da Alemanha expulsos do meio rural devido ao avanço da industrialização, a nova terra prometia grandes conquistas e um futuro promissor.

Mas os imigrantes, a partir de 1848, têm um novo perfil: são em grande parte artesãos e assalariados urbanos ou rurais, expulsos da terra-mãe pela crise que acompanhou a Era das Revoluções na Europa (Hobsbawm, 1996). Desde então, começaram a chegar ao Rio Grande do Sul exilados políticos, social-democratas e anarquistas alemães.

A colônia cresceu rapidamente. Vinte anos após sua fundação, já se emancipava de Porto Alegre e se tornou líder de sua região. Hoje compreende-se o bom desenvolvimento dessa colônia a partir de sua localização geográfica. Localizada às margens do rio dos Sinos, havia fácil comunicação fluvial com Porto Alegre e com cidades como Pelotas e Rio Grande. As áreas planas e férteis para o plantio também facilitaram o bom desenvolvimento.

A partir da colônia de São Leopoldo, outras colônias alemãs começaram a se formar à sua volta. Surgiram os núcleos de Novo Hamburgo, Campo Bom, Sinos, Taquari, Sapiranga, São Sebastião do Caí e Jacuí. Até a Segunda Guerra Mundial, o Rio Grande do Sul se tornou a segunda pátria para alemães de todas as classes sociais e estabeleceu-se um fluxo migratório constante da Alemanha para a região.

Após o fim da escravidão em 1888, muitas famílias alemãs no RS continuaram utilizando mão de obra negra. Como a maioria dos empregados era cria da casa, muitos negros acabaram por adotar o sobrenome alemão dos patrões e passaram a se considerar alemães também, o que reforça a ideia de que identidade cultural não é apenas uma questão de cor de pele nem de nascimento (Medina, 1997).

Nesse período, muitos fatos curiosos ocorreram envolvendo alemães e a população nativa nas áreas onde se localizavam as colônias. Lendas, misticismo, rivalidades pessoais, brigas por causa da crença religiosa: os alemães sempre fizeram questão de demarcar seu território com a força das particularidades de sua cultura. Ainda

que estivesse vivendo em outro país e tendo contato com outras culturas, a cultura germânica sempre falava mais alto aos ouvidos dos imigrantes, que perpetuavam suas tradições transmitindo-as às novas gerações.

A partir de 1875, começaram a chegar os imigrantes italianos, mas, como a região da capital já estava povoada pelos alemães, foram se instalar na região das serras. Aos poucos, formou-se um eixo básico de industrialização no estado ligando a capital e a cidade de Caxias do Sul, constituindo-se um intercâmbio entre alemães e italianos.

Atividade econômica

As missões jesuítas e a formação das estâncias de lagunenses e vicentinos – paulistas que se deslocavam do norte – foram responsáveis pela introdução da pecuária no Rio Grande do Sul. A criação de estâncias correspondeu ao abandono das atividades predatórias desenvolvidas por gente selvagem do campo, os primeiros gaúchos, que abatiam indiscriminadamente os animais apenas para extrair-lhes o couro e vendê-lo aos contrabandistas (Azevedo, 1958). A agricultura nesses primeiros tempos confinava-se ao plantio da erva-mate, herança dos hábitos dos índios guaranis.

No início do século XVIII, com a descoberta das lavras de ouro e de diamante em Minas Gerais e o elevado preço dos alimentos nas regiões de garimpo, a pecuária virou uma atividade altamente rentável. Com a indústria extrativista esparramando-se pelo Brasil central, formou-se o primeiro mercado interno significativo na colônia, ao qual as estâncias gaúchas iriam atrelar-se, sendo essa uma das históricas razões econômicas da tensão entre o separatismo e o nacionalismo, vigentes até hoje no estado.

No final do século XVIII, com a implantação das charqueadas na região de Pelotas e do rio Jacuí, um mercado bem mais vasto se abriu, pois, com a nova técnica da conservação de carnes, foi possível superar a exportação do gado em pé. Era possível atingir, além

do centro e do Nordeste do Brasil, até os consumidores do mar do Caribe e do Sul dos Estados Unidos, visto que o charque era a alimentação básica dos escravos. Ironicamente, o alimento dos escravos era pago com escravos. Para Azevedo (1958), a chegada de levadas de carne ao território do RS resultou na expansão da indústria das carnes manufaturadas e salgadas, que se multiplicou por Pelotas e beira da Lagoa dos Patos e margens do rio Jacuí.

Com a vinda dos açorianos, desembarcados em 1752, a agricultura tomou um novo impulso com as plantações de trigo ao redor da cidade de Rio Grande, expandindo-se para outras áreas até ser destruída, por volta de 1820, pela praga da ferrugem e pela ausência de apoio governamental. Os açorianos tornaram-se, então, pecuaristas e charqueadores.

A partir da produção colonial alemã, já em 1830, Porto Alegre, com aproximadamente 12 mil habitantes, começava a enriquecer e ensaiava sua futura vocação comercial.

A organização social gaúcha era bastante rígida. No topo encontravam-se os grandes fazendeiros e os ricos charqueadores, cabendo aos fazendeiros a hegemonia regional. Os comerciantes mais abastados tinham uma posição de destaque e eram, em boa parte, portugueses. Era importante também o número de médios e pequenos comerciantes. Os grandes polos comerciais da província eram Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Rio Pardo.

A agricultura e a criação mais diversificada de suínos e aves só se estabeleceram mais tarde com as colônias alemãs e italianas, entre 1824 e 1875, e foram elas que trouxeram as técnicas industriais que permitiram lançar os fundamentos da pequena indústria do curtume e da metalurgia.

A partir de 1870, a vida econômica e social da província se transformou progressivamente, de acordo com a chegada de novos imigrantes europeus e, conseqüentemente, novos hábitos e novos conceitos. No aspecto econômico, foi introduzido um novo cultivo, o arroz. A soja, cultivada há alguns anos, atingiu o mercado internacional, e, graças ao artesanato realizado pelos europeus, nasceu a atividade industrial que se desenvolveu num ritmo crescente. Na

região da colonização italiana se destacaram os setores mecânicos, metalúrgicos e calçadistas.

No início do século XIX, a produção de grãos e a agricultura cederam lugar à pecuária como base da riqueza social. Muitos dos antigos agricultores transformaram-se em fazendeiros com a organização das charqueadas. Devido às grandes secas nordestinas, o Rio Grande do Sul transformara-se no principal centro brasileiro produtor de charque. Na sociedade sulina de então, a vida urbana desenvolvera-se relativamente bem (Maestri, 2001).

A pecuária de corte tomou novo impulso com a criação dos frigoríficos estrangeiros, da Armour e da Swift, em 1917, tornando possível exportar carnes enlatadas e refrigeradas para o centro do país. Segundo Azevedo (1958), o sucesso da chamada economia colonial deve-se preponderantemente à distribuição de terras feitas entre os colonos, formando não apenas um dinâmico centro produtivo policultural, como também um crescente mercado consumidor.

O crescimento industrial não significou o abandono da agricultura e, ainda hoje, o Rio Grande do Sul, juntamente com o Paraná, é um dos grandes responsáveis pela produção nacional de grãos.

O gaúcho

Darcy Ribeiro, em *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, traz um capítulo especial sobre o Sul do Brasil.² O autor afirma que esta é uma área cultural complexa e singular e que sua característica básica, em comparação com as outras áreas culturais brasileiras, é sua heterogeneidade cultural. A configuração histórico-cultural do RS é constituída por três elementos: os lavradores matutos, de origem principalmente açoriana; os representantes atuais dos antigos gaúchos e a formação gringo-brasileira dos descendentes de imigrantes europeus.

2. “Brasis Sulinos: gaúchos, matutos e gringos” (Ribeiro, 1997).

Segundo o autor, a configuração histórico-cultural dos matutos é constituída de populações trasladadas dos Açores no século XVIII, pelo governo português. O objetivo dessa colonização era implantar um núcleo de ocupação lusitana permanente para justificar a apropriação da área ao governo espanhol. Esses matutos viviam como lavradores, estabelecendo no RS o mesmo modo de vida que tinham nos Açores, uma agricultura exercida de modo arcaico.

Os sul-rio-grandenses originam-se da transfiguração étnica das populações mestiças de varões espanhóis e lusitanos com mulheres guaranis. Eram homens fortes, caçadores, que tinham no gado selvagem sua subsistência e a base econômica de sua sociedade.

A terceira configuração histórico-cultural do Rio Grande do Sul é constituída pelos povos de origem germânica, italiana, polonesa, japonesa, libanesa e várias outras, introduzidos como imigrantes nos séculos XIX e XX. Viviam em colônias, propriedades familiares em que cultivavam grãos e cereais, criavam animais e tiravam seu sustento. O contato entre essas três configurações culturais foi inevitável. Essa interação é definida por Ribeiro (1997) da seguinte forma:

A distância que medeia entre os respectivos patrimônios culturais e, sobretudo, entre seus sistemas de produção agrícola – a lavoura de modelo arcaico dos matutos, o pastoreio gaúcho e a pequena propriedade explorada intensivamente pelos colonos gringos – funciona, porém, como fixadora de suas diferenças. Mesmo em face dos efeitos homogeneizadores da modernização decorrentes da industrialização e da urbanização, cada um destes complexos tende a reagir de modo próprio, integrando-se com ritmos e modos diferenciados nas novas formas de produção e de vida, dando lugar a estilos distintos de participação na comunidade nacional. (Ribeiro, 1997, p.409)

Para o autor, é esta a singularidade do povo sul-rio-grandense de hoje. A complexidade de sua origem histórico-cultural torna-o um grupo diferente dos demais brasileiros.

Pode-se dizer que a figura do gaúcho, como é conhecida hoje, sofreu um longo período de elaboração cultural. Durante o período colonial, os sul-rio-grandenses eram chamados de guascas e depois de gaudérios, um termo que possui sentido pejorativo e se referia aos aventureiros paulistas que tinham desertado das tropas regulares e adotado a vida rude ou se tornado ladrões de gado.

Segundo Love (1975), a palavra *gaúcho*, o homem livre dos campos, foi aplicada inicialmente para definir um tipo humano ar-redio, o nômade do pampa, muitas vezes um desertor desobediente da lei e da ordem, que cavalgava sem rumo numa área vastíssima sempre atrás de gado amansado ou chucro e de cavalos.

De acordo com Oliven (2006, p.66), essa figura do homem livre dos pampas e domador de cavalos iniciou um processo de criação da identidade do gaúcho. O termo passa a ser usado para exaltar e definir um tipo de sujeito que possui um passado de honras e glórias e que “formou homens à imagem de um tipo ideal, criado em meio à liberdade do campo, montado em seu cavalo, desbravando a natureza, protegendo as fronteiras, respeitando o inimigo e lutando pela honra e pela justiça”.

De tipo ideal, a representação do gaúcho tradicional foi sendo transformada ao longo do tempo e passou a ser empregada com o significado “gentílico de habitante do estado”. Como esclarece Maciel:

O gaúcho também pode ser pensado como uma figura emblemática, pretendendo sintetizar e expressar uma determinada imagem dos habitantes da região, transmitindo ideias e valores sobre como seriam (ou deveriam ser) os gaúchos. [...] A figura do gaúcho como representativa de uma identidade regional é elaborada a partir de uma busca pelo que seria denominador comum, procurando o que diferencia, perdura. (Maciel, 2000, p.79)

Nesse contexto, passou a chamar-se de gaúcho, ou gaúcha, todas as pessoas nascidas no Rio Grande do Sul. E, conforme explica Oliven (1992), isso aconteceu a partir da ressemantização do

termo, na qual um tipo social que era considerado desviante e marginal foi apropriado, reelaborado e adquiriu um novo significado positivo, sendo transformado em símbolo de identidade regional.

Como pode ser observado adiante, nas reflexões apontadas sobre tradicionalismo, o termo gaúcho é empregado pelo Movimento Tradicionalista acompanhado de um forte imaginário. Oliven explica esse emprego:

Na construção social da identidade do gaúcho brasileiro há uma referência constante a elementos que evocam um passado glorioso, no qual se forjou sua figura, cuja existência seria marcada pela vida em vastos campos, a presença do cavalo, a fronteira cisplatina, a virilidade e a bravura do homem ao enfrentar o inimigo ou as forças da natureza, a lealdade, a honra, etc. (Oliven, 1992, p.50)

Isto significa dizer que são construídas representações que adquirem uma força quase mítica e a tendência é ignorar a diversidade e representar seu habitante como um tipo único – o gaúcho.

No que concerne ao papel da imagem, Maffesoli expõe:

A imagem é consumida, coletivamente, aqui e agora. Ela serve de fator de agregação, permite perceber o mundo, e não o representar. E, mesmo que ela possa ser objeto de apropriação política, ela tem, sobretudo, uma função mitológica, pois favorece o mistério, isto é, une entre si os iniciados. (Maffesoli, 1995, p.35)

Ou seja, mais uma vez, configura-se aqui a relação *nós e eles*. É certo que essa tipificação do gaúcho tradicional exclui um verdadeiro conjunto de pessoas que compõe o Rio Grande do Sul, mas esse acaba sendo um ícone que representa a identificação não somente de uma cultura, instituída e determinada em manuais e livros de história, mas de vários modos de sentir-se gaúcho.

Nesse ponto, cabe agora definir o que se entende por gaúcho para os propósitos desta pesquisa.

Após estudos realizados em meio tradicionalista, percebeu-se que, mesmo com esse mito, o imaginário da figura do gaúcho, o que se encontra hoje entre os sul-rio-grandenses é um sentimento de pertencimento, é um modo de se ver como gaúcho. Não basta ter nascido no RS – esse é o sul-rio-grandense e, a rigor, todos os nascidos no estado o são –, é preciso identificar-se com a cultura e os ideais tradicionalistas para se sentir gaúcho. É um sentimento que independe do território. Ele ultrapassa as barreiras geográficas, a filiação e a origem ancestral e passa a ser um sentimento de identificação com uma cultura arraigada em valores rurais, campeiros, mas que se manifesta também em meio urbano, buscando resgatar valores como honra, liberdade e bravura.

Portanto, gaúcho, no entendimento desta pesquisa, é todo indivíduo que se identifica com essa cultura e que se declara, intitula, como tal.

Tradicionalismo

Tradicionalismo é o movimento popular que visa auxiliar o Estado na consecução do bem coletivo, através de ações que o povo pratica (mesmo que não se aperceba de tal finalidade) com o fim de reforçar o núcleo de sua cultura: graças ao que a sociedade adquire maior tranquilidade na vida em comum. (Lessa, 1999, p.18)

Assim Barbosa Lessa, um dos pioneiros e idealizadores, define o tradicionalismo.

De acordo com Dutra (2002), qualquer referência à história do tradicionalismo gaúcho deve levar em conta as obras dos chamados tradicionalistas históricos, aqueles que criaram o Movimento Tradicionalista Gaúcho e que são celebrados como *guardiões da memória* tradicionalista: Paixão Côrtes, Barbosa Lessa e Glaucus Saraiva, considerados, respectivamente, idealizador, intelectual e organizador do movimento.

Aprovada no VII Congresso Tradicionalista (1961) e ainda em vigor, a Carta de Princípios do Movimento Tradicionalista define:

Tradicionalismo ou Movimento Tradicionalista é um organismo social, perfeitamente definido e estatuído, de natureza cívica, ideológica doutrinária, com características próprias e singulares que o colocam em plano especialíssimo no panorama da vida sul-rio-grandense, brasileira e americana. Cumprindo ciclos sociais, culturais, literários e artísticos de natureza nativista, procurando influir em todas as formas de manifestação da vida e do pensamento sul-rio-grandenses, o tradicionalismo gira em uma órbita que tem como centro os problemas rurais da nossa terra, o homem brasileiro em geral e o sul-rio-grandense em particular, sua maior expressão, e onde estão fixadas as suas raízes mais profundas. (Carta de Princípios, 1961)

É preciso diferenciar tradição, tradicionalismo e aquilo que é tradicional. Entende-se a *tradição* como um conjunto de sistemas simbólicos que são passados de geração a geração e que tem um caráter repetitivo. É uma memória de longa duração. São os usos e costumes, os símbolos, práticas, crenças, vestuário, culinária, música, poesia, dança, entre muitos outros elementos que fazem parte de uma dada cultura, um povo. O tradicionalismo é o culto a essas tradições. É um movimento organizado e coletivo que valoriza essas tradições e procura mantê-las vivas de geração a geração. Tradicional é aquilo que é transmitido por meio de uma tradição.

Segundo Dutra (2002), o tradicionalismo difundiu representações, construídas pela cultura tradicionalista do que seria o gaúcho e o Rio Grande do Sul no passado, adotando elementos novos que são confundidos com antigos e todos eles adjetivados como puros e autênticos e, segundo Maciel, essas construções: “são adotadas como ‘oficiais’ e tidas como parte da ‘cultura tradicional’, exemplos de ‘autênticas tradições do Rio Grande do Sul’” (Maciel, 1999, p.136).

De acordo com Fagundes apud Savaris (2008), tradicionalismo só existe no Rio Grande do Sul e é obrigatoriamente associativo,

coletivo. É um movimento cívico-cultural. “É a tradição em marcha, resgatando valores que são válidos não por serem antigos, mas por serem eternos, exatamente os valores que trouxeram o Rio Grande e o gaúcho do passado para o presente, projetando-o no futuro”.

É bem verdade que os tradicionalistas da década de 1940 criaram rituais e manifestações culturais, atribuindo aos mesmos um sentido de tradição, centrado sempre na figura do gaúcho valente, honrado, glorioso, como ressaltado por Oliven (1992) anteriormente, e de sua prenda, a mulher ideal para o tipo ideal – o gaúcho.

Como pode ser visto adiante, a partir da criação dos CTG, foram criados na década de 1940 diversos elementos que fazem referência a uma *cultura gaúcha genuína*. Pode-se traçar um fio condutor entre a criação desses elementos e aquilo que Hobsbawm e Ranger chamaram de *tradições inventadas*. Cada elemento, do vestuário, da dança, da fala, passou a ser elaborado e reelaborado para representar o passado do homem do campo, os elementos antigos são buscados para o presente, no qual lhes são dados novos significados. As tradições inventadas nesse contexto são reinventadas constantemente, procurando atribuir um valor, ressignificando práticas e rituais cotidianos, buscando manter coeso o sentido dessas tradições dentro da modernidade, procurando satisfazer o indivíduo na busca pela segurança ontológica.

O Movimento Tradicionalista reelaborou o gaúcho com base numa ideia de continuidade do passado, conferindo autenticidade e valor de verdade aos rituais e elementos da tradição, e imprimindo-lhe, ao mesmo tempo, novos significados.

Os Centros de Tradições Gaúchas (CTG)

As particularidades da ocupação do extremo sul do Brasil marcaram intensamente sua cultura. A luta constante pela posse da terra e a exploração do gado na região do pampa desenvolveram no

rio-grandense um sentimento nativista que se traduz pelo respeito à terra e a tudo relacionado com a atividade da pecuária, usos e costumes da vida campeira.

A primeira iniciativa de exaltar a cultura e tradição gaúchas foi em 1868, quando foi criada a Sociedade Parthenon Litterario, uma sociedade de intelectuais que tinha como objetivo a exaltação da temática gaúcha inspirada nos modelos positivistas europeus. A sociedade contava com colaboradores de toda a província e promovia um intercâmbio cultural que estimulou a intelectualidade sul-rio-grandense.

De acordo com Moreira (2002), essa atividade contribuiu para o intercâmbio de informações e para a expansão da cultura gaúcha por meio da circulação de matérias literárias em diferentes jornais espalhados nos mais distantes pontos da província. A mais marcante produção da sociedade foi a *Revista Literária*, que circulou durante dez anos apresentando críticas literárias, biografias, comentários, editoriais e estudos sobre a história e cultura gaúchas.

Em 1898, foi criada a primeira agremiação tradicionalista com o nome de Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, situada na cidade de Porto Alegre. Essa entidade promovia atividades voltadas às tradições, realizando festas, desfiles de peões e cavaleiros, festivais musicais, etc. Essa iniciativa incentivou a criação de outras entidades tradicionalistas espalhadas por todo o estado. Entre elas destacaram-se: União Gaúcha de Pelotas (1899), Centro Gaúcho Bagé (1899), Grêmio Gaúcho de Santa Maria (1901), Sociedade Gaúcha Lombagrandense (1943). O objetivo dessas entidades era resgatar as tradições esquecidas ou deixadas de lado e aumentar os laços culturais existentes entre os participantes.

O século XX foi o século das transformações. A partir da década de 1940, novos inventos passaram a integrar a vida das pessoas, mudando hábitos e conceitos. Analisando a situação nacional, Gerson Moura (1984, p.8), afirma que

a chegada visível do *Tio Sam* ao Brasil aconteceu no início dos anos 40, em condições e com propósitos muito bem definidos. A pre-

sença econômica, menos visível, era bem anterior e certas manifestações culturais, como o cinema de Hollywood, já inculcavam valores e ampliavam mercados no Brasil. Mas a década de 40 é notável pela presença cultural maciça dos Estados Unidos, entendendo-se cultura no sentido amplo dos padrões de comportamento, da substância dos veículos de comunicação social, das expressões artísticas e dos modelos de conhecimento técnico e saber científico. O traço comum às mudanças que então ocorriam no Brasil na maneira de ver, sentir, explicar o mundo era a marcante influência que aquelas mudanças recebiam do *american way of life*.

Essas transformações também afetaram a sociedade sul-rio-grandense. No entanto, em meados do século XX começou a aparecer em alguns sul-rio-grandenses um sentimento novo: a sua diferença em relação ao mundo. Vera Stedile Zattera (1995), historiadora de Caxias do Sul, descreve esse sentimento:

É a nossa cidadania, é nossa raça, tão mesclada, mas tão clara. É nossa consciência de sermos elementos batalhadores, especiais, que grita. É hora de mostrarmos ao mundo do que nós, gaúchos, somos capazes, do que gostamos, quais são nossas músicas, quais são nossos hábitos, quais são nossas habilidades. (Zattera, 1995, p.153)

Em meados de 1940, o Rio Grande do Sul era palco do *americanismo*. Revoltados com essa situação, em 1947, um grupo de jovens fundou o Departamento de Tradições Gaúchas no Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre (Grêmio Estudantil). A esse grupo deu-se o nome Grupo dos Oito, por serem oito componentes. Eram estudantes secundários vindos do interior, oriundos de áreas pastoris de grande latifúndio onde predominava a pecuária e filhos de pequenos proprietários rurais ou estancieiros em processo de declínio social, que saíram de suas casas para estudar na capital.

Esses jovens organizaram a primeira Ronda Gaúcha (hoje Semana Farroupilha), que aconteceu entre 7 e 20 de setembro de 1947. Nessa atividade houve festa com música, poesia, fandango,

concursos e discursos. O grupo verificou que a iniciativa teve enorme êxito e resolveu fundar uma entidade permanente para a defesa das tradições gaúchas, pois acreditavam que o movimento precisava se alastrar. Foi quando, em 24 de abril de 1948, fundaram o 35 CTG, o primeiro CTG fundado no Rio Grande do Sul. O 35 CTG foi o nome dado em homenagem à Revolução Farroupilha de 1835.

Os CTG foram criados para demonstrar as raízes históricas, os costumes nativos, a maneira de ser, a sociabilidade do povo gaúcho. Lá se estudam as danças, as poesias, as falas do *gaúcho original*, seus hábitos e sua história. A finalidade é mostrar e perpetuar as manifestações da cultura e tradições gaúchas com a maior precisão possível para o público nacional e internacional.

O CTG não é apenas uma entidade que reflete sobre a tradição, é também um movimento que procura revivê-la. Dessa maneira, foi necessário recriar os costumes do campo e foi usada uma nomenclatura diferente de outras associações, substituindo o presidente, o vice-presidente, o secretário, o tesoureiro e o diretor, empregando os títulos de patrão, capataz, sota-capataz, agregados, posteiros. Os conselhos consultivos e deliberativos foram renomeados de Conselho de Vaqueanos e os departamentos foram chamados de Invernadas, conseguindo assim uma maior proximidade da cultura do campo.

A criação do 35 CTG provocou um forte sentimento tradicionalista que se espalhou por todo o Rio Grande do Sul e foram fundados em todo o estado, principalmente no interior, outros CTG.

Nasciam nesse contexto todos os símbolos a serem seguidos como um ritual de culto à tradição gaúcha. A instituição de todo o cerimonial proposto pelo CTG pauta-se numa tradição inventada e estabeleceu-se e enraizou-se com bastante rapidez. Como explica Hobsbawm:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos

valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (Hobsbawm & Ranger, 1997, p.9)

De acordo com Rodrigues (2008), apesar de esses símbolos terem sido criados na década de 1940, eles são cultuados como antigos e muitos desconhecem sua origem. Paixão Côrtes afirma que em 1977 muitos seguiam os rituais e pensavam que esses símbolos usados pelo tradicionalismo teriam origem em 1835, início da Revolução Farroupilha.

A criação ou invenção do culto à tradição foi uma tentativa de reação às transformações da sociedade e à influência de outras culturas que penetravam na sociedade sul-rio-grandense. É uma manifestação em defesa de uma cultura original e fundamenta-se na história de lutas desse povo pela defesa do seu território.

Após os conflitos de coexistência entre as três principais configurações histórico-culturais do estado, os índios, os portugueses e os espanhóis, estabeleceu-se uma cultura própria como mecanismo de defesa, e essa cultura precisava novamente se defender de outras culturas ameaçadoras que penetravam na cultura gaúcha. Assim nasce o CTG e o Movimento Tradicionalista. Um movimento de defesa cultural que se relaciona nas esferas econômica e política da sociedade para se estabelecer diante das culturas externas.

Estrutura e funcionamento do CTG

As informações descritas a seguir são derivadas de material do próprio Movimento Tradicionalista Gaúcho. É uma transcrição de documentos oficiais dos tradicionalistas. Não serão analisados nem questionados. Estão aqui para ilustrar a estrutura e o funcionamento do CTG segundo os próprios tradicionalistas.

O CTG é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, cujo funcionamento é regido por um estatuto baseado na

carta de princípios do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). Verificando-se os estatutos de diversos CTG, podem-se destacar os seguintes objetivos para essa entidade:

- a. Preservar, promover e divulgar o tradicionalismo gaúcho, por meio de atividades esportivas, campeiras, sociais, assistenciais, culturais, artísticas e recreativas.
- b. Promover a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.
- c. A promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação.
- d. A promoção do voluntariado.
- e. A promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

No desenvolvimento de suas atividades, o CTG deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião, bem como atuará por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Os CTG possuem unidades de prestação de serviço (invernadas) regidas pelo estatuto. A partir dessas unidades é que se alcançam os objetivos do centro. Entre as principais unidades podem-se destacar: a invernada artística, cultural, esportiva, social, campeira, jurídica, comunicação e jovem. Ao responsável por cada invernada é dado o nome de *posteiro* (por exemplo: posteiro cultural).

O CTG encontra-se estruturado da seguinte forma:

a) *Assembleia geral*

É o órgão soberano da associação, sendo constituída por todos os associados em pleno gozo de seus direitos sociais e com deveres satisfeitos, e suas deliberações legais atingem a todos sem distinção.

b) *Patronagem*

A patronagem é a diretoria do CTG e é constituída por sete membros assim designados:

- Patrão (presidente).
- Primeiro capataz (vice-presidente).
- Segundo capataz (2º vice-presidente).
- Primeiro sota-capataz (1º secretário).
- Segundo sota-capataz (2º secretário).
- Primeiro agregado das chelpas (1º tesoureiro).
- Segundo agregado das chelpas (2º tesoureiro).

Entre as competências da patronagem destacam-se:

- Elaborar e submeter à assembleia geral a proposta de programação anual da associação.
- Executar a programação anual de atividades da associação.
- Elaborar e apresentar à assembleia geral o relatório anual.
- Reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum.
- Contratar e demitir empregados.

c) *Conselho de vaqueanos*

O conselho de vaqueanos é o conselho diretor do CTG e é constituído por seis membros, sendo três titulares e três suplentes, cabendo a eles a escolha do seu presidente e secretário. São competências do conselho de vaqueanos:

- Manifestar-se sobre todos os assuntos de interesse para a associação.
- Propor as providências cabíveis para melhor administração da associação.
- Zelar pelo fiel cumprimento do estatuto e regimento interno.
- Discutir, alterar e aprovar o regulamento dos posteiros.
- Coordenar e fiscalizar o processo de eleição da patronagem, bem como julgar as impugnações de chapas de candidatos.
- Convocar a assembleia geral.
- Auxiliar o conselho fiscal no cumprimento de suas atribuições.

d) Conselho fiscal

O conselho fiscal será constituído por seis membros, sendo três titulares e três suplentes, cabendo a eles a escolha do seu presidente e secretário. São atribuições do conselho fiscal:

- Examinar os livros de escrituração da associação.
- Fiscalizar as operações financeiras da patronagem.
- Convocar extraordinariamente a assembleia geral.
- Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres aos órgãos da associação.
- Requisitar ao primeiro agregado das chelpas, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela associação.
- Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes.

Os CTG contam com associados que contribuem com uma mensalidade para custear as despesas da associação, bem como a promoção de eventos direcionados à preservação e disseminação das tradições.

Números

A expansão dos CTG fora do Rio Grande do Sul seguiu uma tendência natural que foi sendo construída com a emigração do povo gaúcho para outras fronteiras agrícolas.

Segundo dados da Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha³ (CBTG) existem hoje 2.835 CTG que estão assim distribuídos no Brasil:



A partir da Figura 1 pode-se constatar que existem CTG em 19 estados brasileiros e no Distrito Federal. A maior concentração de entidades localiza-se nos estados do Sul do Brasil, com predominância no Rio Grande do Sul, que é a base para os CTG. Como consequência da emigração de sul-rio-grandenses pelo país, observa-se que Rondônia, Mato Grosso, São Paulo e Mato Grosso do Sul acolhem o maior número de CTG fora da região Sul do país, respectivamente.

Os gaúchos residentes fora do país também podem fundar um CTG, desde que reconhecidos e amparados pela CBTG. De acordo com a CBTG, são reconhecidos oficialmente 12 CTG fora do Brasil,⁵ conforme segue:

- CCG Bento Gonçalves – Los Angeles, EUA
- CTG Brasil Tche – Bernadenville, EUA
- CTG Deserto da Saudade – Israel
- CTG Índio José – Santa Rita – Alto Paraná, Paraguai
- CTG Nova Querência – Fort Lauderdale, EUA
- CTG Pedro Álvares Cabral – Lisboa, Portugal
- CTG Querência do Norte – Toronto, Canadá
- CTG Rancho Rio Grande – Perris, EUA
- CTG Saudade da Minha Terra – Newark, EUA
- CTG União de Ideais – Paris, França
- Núcleo Tradicionalista Gaúcho de Danbury – Brookfield, EUA
- Recuerdos del Pago – Madri, Espanha

Os dados sinalizam que, independente do território geográfico, é possível ao gaúcho continuar arraigado às suas tradições e permanecer perpetuando os laços culturais com a terra natal. Essa constatação demonstra que o fio condutor entre cultura e tradição gaúchas e a criação do CTG não é a geografia, ou não haveria CTG fora do

5. Fonte: CBTG, disponível em <http://www.cbtg.com.br/_sitio/ctgs/externor.php>. Acesso em 6/9/2009.

RS, tampouco o aspecto nacional, ou não haveria CTG fora do Brasil. Esse fio condutor é o sentimento de tradicionalismo inerente ao gaúcho – aqui estritamente tratado como o indivíduo que se identifica com a cultura e tradição gaúchas.

Pode-se concluir, a partir desse panorama, que o tradicionalismo pode ser identificado como um movimento urbano que procura resgatar os valores rurais do passado, mesmo que esses integrantes não estejam ligados ao RS. Ou seja, não necessariamente precisa ser nascido ou residir no RS para ser tradicionalista e/ou fundar e/ou fazer parte de um CTG. Basta ter a identificação cultural com a terra, com a origem gaúcha, para ser tradicionalista, em qualquer parte do mundo.

Considerando a estrutura do Movimento Tradicionalista, deve-se destacar também o papel da CBTG, do MTG e do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF).

Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha (CBTG)

De acordo com seu estatuto, a CBTG⁶ é a entidade maior do Movimento Tradicionalista Gaúcho brasileiro, cuja essencialidade é valorizar, organizar, defender, promover e representar as tradições e a cultura gaúchas, caracterizando-se como uma sociedade civil, sem fins econômicos, com duração indeterminada, fundada em 24 de maio de 1987.

As informações descritas a seguir são derivadas de material do próprio Movimento Tradicionalista Gaúcho. É uma transcrição de documentos oficiais dos tradicionalistas. Não serão analisados nem questionados. Estão aqui para ilustrar a estrutura e o funcionamento da CBTG segundo os próprios tradicionalistas.

6. Informações extraídas do *website* da CBTG disponível em <<http://www.cbtg.com.br>>. Acesso em 6/9/2009.

A CBTG tem por finalidade:

1. Representar, em todo o território nacional e no exterior, a cultura gaúcha, na condição de entidade maior do Movimento Tradicionalista Gaúcho brasileiro.
2. Desenvolver, em nível nacional, o sistema confederativo do Movimento Tradicionalista Gaúcho, para uma atuação integrada, fidedigna e próspera.
3. Definir políticas e diretrizes de atuação do sistema que valorizem as manifestações culturais regionais de convívio comum.
4. Promover a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, voltando-se, em especial, para a organização e realização de eventos em prol da valorização da cultura, das tradições e do folclore gaúchos em âmbito nacional.
5. Cumprir e fazer cumprir a função social, em todas as esferas do sistema confederativo.
6. Difundir e incentivar, em todo o território nacional, a preservação das tradições gaúchas, bem como as expressões “Movimento Tradicionalista Gaúcho” e “Centro de Tradições Gaúchas” e as siglas MTG e CTG, evitando o uso inadequado das mesmas e sua utilização na denominação de entidades não identificadas com o tradicionalismo gaúcho.
7. Incentivar as tradições gaúchas, traçando diretrizes, rumos e princípios cívico-culturais, artísticos e esportivos ao tradicionalismo gaúcho brasileiro.
8. Orientar as entidades confederadas no sentido de manter a autenticidade das manifestações gauchescas e a fidelidade às suas origens.
9. A CBTG, pelo interesse público, colaborará com os poderes públicos constituídos e com as entidades sociais organizadas.
10. Implantar, por si, ou por entidade criada com o fim específico pelo conselho diretor, mediante proposta da diretoria executiva, cursos à distância ou presenciais voltados para a preservação da cultura gaúcha e ao desenvolvimento do homem do campo.

11. Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais.

O sistema confederativo do Movimento Tradicionalista Gaúcho brasileiro é constituído pela seguinte organização política e administrativa:

1. Pela CBTG, como entidade confederativa.
2. Pelas entidades federativas: organizações de âmbito estadual, caracterizadas como pessoas jurídicas, com fins similares aos da CBTG e da representação e coordenação de atuação do tradicionalismo gaúcho e das entidades singulares, no nível das suas jurisdições e são denominadas pelo prefixo “MTG – Movimento Tradicionalismo Gaúcho”, seguido pelo sufixo “nome do estado” que representam (por exemplo: MTG – SP). Somente poderá associar-se à CBTG um MTG por estado.
3. Pelas entidades singulares: organizações caracterizadas como pessoas jurídicas, sociedades de pessoas físicas, de natureza sociocultural, com a finalidade de congregar um quadro social identificado e voltado a desenvolver o Movimento Tradicionalista Gaúcho, no conjunto da sociedade civil em que estão inseridas e são denominadas pelo prefixo “CTG – Centro de Tradições Gaúchas”, seguido por um sufixo de livre escolha (por exemplo: CTG Querência Farroupilha). As entidades singulares organizadas fora do território nacional poderão filiar-se ao MTG do estado de sua escolha. As entidades denominadas por centros nativistas, piquetes de laçadores e/ou similares⁷ serão definidas como entidades singulares, quando já regularmente filiadas aos MTG a que pertencem, e terão caráter de organização local, restritas à finalidade única de sua existência.

7. Centros nativistas, piquetes de laçadores e/ou similares são entidades tradicionalistas que ainda não receberam o *status* de CTG.

Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG)

O MTG⁸ é uma associação civil, uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com circunscrição em todo o território nacional, constituindo-se na Federação dos Centros de Tradições Gaúchas e entidades afins. Tem por objetivo congregar os CTG e entidades afins e preservar o núcleo da formação gaúcha e a filosofia do Movimento Tradicionalista, decorrente da sua Carta de Princípios e expressa nas decisões dos congressos tradicionalistas.

As informações a seguir são derivadas de material do próprio Movimento Tradicionalista Gaúcho. É uma transcrição de documentos oficiais dos tradicionalistas. Não serão analisados nem questionados. Estão aqui para ilustrar a estrutura e o funcionamento do MTG segundo os próprios tradicionalistas.

A Carta de Princípios do MTG fixa os seguintes objetivos:

1. Auxiliar o Estado na solução dos seus problemas fundamentais e na conquista do bem coletivo.
2. Cultuar e difundir a história, a formação social, o folclore, enfim, a tradição do Rio Grande do Sul, como substância basilar da nacionalidade.
3. Promover, no meio do povo, uma retomada de consciência dos valores morais do gaúcho.
4. Facilitar e cooperar com a evolução e o progresso, buscando a harmonia social, criando a consciência do valor coletivo, combatendo o enfraquecimento da cultura comum e a desagregação que daí resulta.
5. Criar barreiras aos fatores e ideias que vêm pelos veículos normais de propaganda e que sejam diametralmente opostos ou antagônicos aos costumes e pendores naturais do povo gaúcho.

8. Informações extraídas do *website* do MTG disponível em <<http://www.mtg.org.br/>>. Acesso em 6/9/2009.

6. Preservar o patrimônio sociológico representado, principalmente, pelo linguajar, vestimenta, arte culinária, forma de lides e artes populares.
7. Fazer de cada CTG um núcleo transmissor da herança social e, por meio da prática e divulgação dos hábitos locais, noção de valores, princípios morais, reações emocionais, etc.; criar nos grupos sociais uma unidade psicológica, com modos de agir e pensar coletivamente, valorizando e ajustando o homem ao meio, para a reação em conjunto diante dos problemas comuns.
8. Estimular e incentivar o processo aculturativo do elemento imigrante e seus descendentes.
9. Lutar pelos direitos humanos de Liberdade, Igualdade e Humanidade.
10. Respeitar e fazer respeitar seus postulados iniciais, que têm como característica essencial a absoluta independência de sectarismos político, religioso e racial.
11. Acatar e respeitar as leis e poderes públicos legalmente constituídos, enquanto se mantiverem dentro dos princípios do regime democrático vigente.
12. Evitar todas as formas de vaidade e personalismo que buscam no Movimento Tradicionalista veículo para projeção em proveito próprio.
13. Evitar toda e qualquer manifestação individual ou coletiva, movida por interesses subterrâneos de natureza política, religiosa ou financeira.
14. Evitar atitudes pessoais ou coletivas que deslustrem e venham em detrimento dos princípios da formação moral do gaúcho.
15. Evitar que núcleos tradicionalistas adotem nomes de pessoas vivas.
16. Repudiar todas as manifestações e formas negativas de exploração direta ou indireta do Movimento Tradicionalista.
17. Prestigiar e estimular quaisquer iniciativas que, sincera e honestamente, queiram perseguir objetivos correlatos com os do tradicionalismo.

18. Incentivar, em todas as formas de divulgação e propaganda, o uso sadio dos autênticos motivos regionais.
19. Influir na literatura, artes clássicas e populares e outras formas de expressão espiritual do povo gaúcho, no sentido de que se voltem para os temas nativistas.
20. Zelar pela pureza e fidelidade dos costumes autênticos, combatendo todas as manifestações individuais ou coletivas que artificializem ou descaracterizem as coisas tradicionais.
21. Estimular e amparar as células que fazem parte de seu organismo social.
22. Procurar penetrar e atuar nas instituições públicas e privadas, principalmente nos colégios e no seio do povo, buscando conquistar para o Movimento Tradicionalista Gaúcho a boa vontade e a participação dos representantes de todas as classes e profissões dignas.
23. Comemorar e respeitar as datas, efemérides e vultos nacionais e, particularmente o dia 20 de setembro, como data máxima do Rio Grande do Sul.
24. Lutar para que seja instituído, oficialmente, o Dia do Gaúcho, em paridade de condições com o Dia do Colono e outros “Dias” respeitadas publicamente.
25. Pugnar pela independência psicológica e ideológica do povo gaúcho.
26. Revalidar e reafirmar os valores fundamentais da formação gaúcha, apontando às novas gerações rumos definidos de cultura, civismo e nacionalidade.
27. Procurar o despertar da consciência para o espírito cívico de unidade e amor à Pátria.
28. Pugnar pela fraternidade e maior aproximação dos povos americanos.
29. Buscar, finalmente, a conquista de um estágio de força social que lhe dê ressonância nos poderes públicos e nas classes rio-grandenses para atuar real, poderosa e eficientemente, no levantamento dos padrões de moral e de vida do estado, ruando, fortalecido, para o campo e homem rural, suas raízes

primordiais, cumprindo, assim, sua alta destinação histórica em nossa pátria.

Além dos princípios elencados, na Carta de Princípios, também são objetivos do Movimento Tradicionalista gaúcho:

1. Promover a cultura, a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico do Rio Grande do Sul.
2. Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais.
3. Não distribuir entre os seus associados, conselheiros, coordenadores, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, e os aplicar integralmente na conservação do seu objetivo associativo.

O MTG mantém suas atividades por meio das anuidades e outras contribuições fixadas recebidas dos associados, por doações de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

É vedado ao MTG e entidades filiadas vincular-se a qualquer atividade político-partidária ou religiosa. Os serviços de educação e de cultura gaúcha propostos, a que eventualmente se dedique o MTG, serão prestados de forma inteiramente espontânea e gratuita e com os recursos de que dispõe, sendo vedado o seu condicionamento a qualquer doação, contrapartida ou equivalente.

O MTG está assim organizado:

I – Órgãos normativos:

- a) Congresso Tradicionalista.
- b) Convenção Tradicionalista.

II – Órgão eletivo:

- a) Assembleia geral eletiva.

III – Órgãos administrativos:

- a) Conselho diretor.
- b) Junta fiscal.
- c) Regiões tradicionalistas.

IV – Órgãos de assessoramento:

- a) Conselho de vaqueanos.
- b) Conselho de ética.

A nenhum dos membros dos órgãos diretivos, bem como às atividades de seus associados, é atribuído salário, vencimento, abono, gratificação ou remuneração de qualquer espécie.

Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF)

O IGTF,⁹ órgão vinculado à Secretaria de Estado da Cultura (Sedac) foi instituído pelo Decreto n. 23.613, de 27 de dezembro de 1974, para atuar na área da pesquisa e divulgar a cultura sul-rio-grandense. Dentre as suas finalidades destaca-se a de promover estudos, pesquisas e a divulgação da cultura sul-rio-grandense e os valores que lhe são inerentes, especialmente folclore, tradição, arte, história e sociologia.

Sua organização é mostrada na Figura 2.

Manuelito Savaris, atual presidente do IGTF, explica da seguinte maneira a importância do IGTF:¹⁰

De qualquer modo, diante do crescente avanço do fenômeno chamado globalização, cabe verificar se aquelas sociedades que não possuem clareza cultural e identidade própria sucumbirão diante

9. Informações extraídas do *website* do IGTF disponível em <<http://www.igtf.rs.gov.br>>. Acesso em 6/9/2009.

10. Palavra do Presidente do IGTF, divulgada em 24 de abril de 2007. Disponível em <http://www.igtf.rs.gov.br/editoriais_igtf/not.php?id=2>. Acesso em 6/9/ 2009.

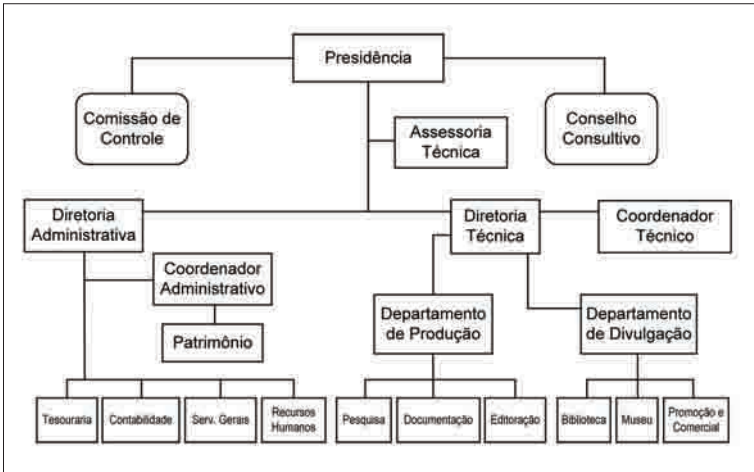


Figura 2 – Organograma do IGTF

Fonte: IGTF. Disponível em <<http://www.igtfrs.gov.br/>>. Acesso em 6/9/2009.

do poderio econômico de outras sociedades. Aparentemente, a globalização econômica, ideológica e a da informação vieram para ficar e já se encontram estabelecidas no planeta. Resta preservar o regionalismo cultural. [...] Neste contexto em que, de um lado está o sentimento de orgulho regional, de outro o desconhecimento das nossas tradições e do nosso folclore, é que o IGTF está inserido. O papel da Fundação é contribuir para que a cultura regional seja mais conhecida e, a partir daí, as manifestações de orgulho de ser gaúcho possa ser um sentimento sólido e perene.

Percebe-se que o IGTF está inserido no contexto do tradicionalismo gaúcho, sendo um órgão de grande importância para a manutenção da cultura e tradição gaúcha.

O objetivo de apresentar o Movimento Tradicionalista e todas as suas instâncias, de modo descritivo, utilizando os documentos oficiais do tradicionalismo é demonstrar que há uma hierarquia,

estrutura e regulamento. É o Movimento Tradicionalista que dita como devem ser tratadas as tradições e como deve ser a sociabilidade do gaúcho tradicionalista. Não se observa, porém, que esse movimento, representado principalmente pelo CTG, pretende ser regulamentador ou normatizador da vida dos gaúchos fora dos espaços de culto à tradição, os CTG.

Apresentado o CTG, sua origem e suas características, pode-se tratar especificamente da modernidade tardia, contexto no qual será analisado o CTG na Conclusão desta obra.

2

MODERNIDADE E MODERNIDADE TARDIA

Em *Ciência e política: duas vocações*, Max Weber (1968) definiu o advento da modernidade como um processo crescente de *racionalização intelectualista*, que estava ligado intimamente ao desenvolvimento científico. Habermas (1992) comenta Weber no seu texto *Modernidade: um projeto inacabado*:

Max Weber caracterizou a modernidade cultural, mostrando que a razão substancial expressa em imagens de mundo religiosas e metafísicas se divide em três momentos, os quais apenas formalmente ainda podem ser mantidos juntos. Uma vez que as imagens de mundo se desagregam e os problemas legados se cindem entre os pontos de vista específicos da verdade, da justiça normativa, da autenticidade ou do belo, podendo ser tratados, respectivamente *como* questão de conhecimento, *como* questão de justiça e *como* questão de gosto, ocorre nos tempos modernos uma diferenciação de esferas de valor: ciência, moral e arte. (Habermas, 1992, p.109-10)

De acordo com Habermas, Weber concebe a modernidade como o próprio mundo racionalizado da economia capitalista, das *esferas de valor*, do Estado burocrático moderno, da arte, da moral e da ciência. Além disso, esse mundo racionalizado é definido pela

formação de uma estrutura baseada na conduta de vida metódico-racional, sendo um fenômeno típico do Ocidente. Consoante a isso, Anthony Giddens aponta que a modernidade “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII, e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (Giddens, 1991, p.11).

Nesse processo, além do modo de vida e formas de organização, tem-se também a ciência e a técnica transformadas na principal força produtiva no campo do agir, comandado pelo *desenvolvimento das forças produtivas*. De acordo com Habermas (1990), umas das consequências desse processo é a *colonização do mundo da vida* pela razão instrumental, uma racionalidade que, embora não definida como instrumental, já no início do século passado foi observada por Max Weber (1983) como a “gênese do agir dos indivíduos remetidos ao destino social, ao tributar à razão e liberdade a possibilidade de transformação da sociedade”.

Pensando nesse contexto, chega-se ao mundo objetivo de Habermas (1987, p.30): “o mundo apenas cobra objetividade em virtude de ser reconhecido e considerado como único e o mesmo mundo por uma comunidade de sujeitos capazes de linguagem e ação”. Isso representa a condição para que os indivíduos possam se entender por meio de uma ação comunicativa intersubjetiva, refletindo sobre o que acontece no mundo ou o que há de acontecer no mundo.

Baseado nesse conceito de mundo objetivo, Boaventura de Sousa Santos (1997) acredita que os diferentes atores agem na sociedade moderna conforme o sentido dos dois pilares da racionalidade presentes no projeto sociocultural da modernidade: um deles é o da emancipação, e o outro, o da regulação.

O projeto de modernidade de Habermas

Habermas ressalta o que ele chama de projeto da modernidade e que tem sido discutido nos dias de hoje. Segundo Harvey, mesmo

sendo o termo moderno utilizado há tempos, o que Habermas chama de projeto da modernidade começou a vigorar durante o século XVIII. Para Harvey, esse projeto corresponde a um grande esforço intelectual dos pensadores iluministas “para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e a lei universais, a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas”, objetivando a emancipação humana a partir do acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente (Harvey, 1992, p.23).

Ao refletir a respeito da origem da modernidade, Habermas associa ao surgimento de uma *consciência temporal* que confronta o moderno ao antigo e cria uma concepção histórica processual da vida, cujo horizonte é um futuro que não pode ser previsto. Para o autor, a modernidade é um projeto inacabado, no qual se deve aprender com os *desacertos que acompanham o projeto* (Habermas, 1992).

A teoria da modernidade de Habermas integra a teoria da ação comunicativa. Essa teoria procura explicar a origem da moderna sociedade ocidental, diagnosticar seus problemas e propor correção. Para tal, baseia-se em um conceito de sociedade que associa a perspectiva subjetiva do mundo vivido à perspectiva objetiva e do resgate de um conceito de racionalidade.

Pode-se assim entender a modernidade como o fracionamento dos modelos estabelecidos no passado, construídos em unidades fechadas e que agora se abrem direcionadas ao desconhecido. Pode ser encarada como a emancipação da razão ou a forma de (re)inventar novos caminhos de pensamento que deem conta dos novos questionamentos. São as novas leituras de mundo.

Diante das inúmeras forças de desintegração que estão dentro e fora das sociedades nacionais, ressalta-se o fato de que todas as sociedades estão inseridas em uma comunidade de riscos partilhados percebidos como desafios para a ação política cooperativa (Habermas, 1995). Os indivíduos só poderão conter o avanço desses riscos se estiverem munidos de uma formação discursiva da opinião e da vontade, objetivando a racionalização do mundo da vida. Nesse contexto, a racionalidade é encarada como uma força produtiva *importante para os desafios da modernização reflexiva* (Habermas, 2001).

Em relação à imprevisibilidade, sabe-se que o mundo de hoje é tão previsível quanto era antes. Entretanto, atualmente, ocorrem situações de risco que as gerações passadas não tiveram que enfrentar. A ciência e a tecnologia são as responsáveis pelo surgimento desses novos riscos, que incluem desde os nossos corpos até as grandes mudanças na estrutura da sociedade. Sendo assim, não há como escapar da imprevisibilidade que integra o mundo em que vivemos. Essa imprevisibilidade é estrutural também no sentido de que um retorno ao passado não é concebível. A solução para esse impasse é encontrar um novo tipo de equilíbrio entre o risco e a segurança.

Uma consequência da incerteza, da imprevisibilidade, é a individualização, que passa a ser sofrida pelas pessoas que se encontram cada vez mais longe das instituições que davam segurança à sociedade industrial, como a família. Esse processo de individualização obriga as pessoas a tomar decisões cotidianas que implicam risco pessoal e faz surgir uma infinidade de opiniões sobre os mais variados assuntos, tornando a sociedade de risco uma sociedade autocrítica.

Esse contexto, segundo Beck, deu origem à modernização reflexiva, um processo contínuo, imperceptível, quase autônomo de mudança que atinge as bases da sociedade industrial.

A modernização reflexiva ou modernidade tardia de Ulrich Beck e Anthony Giddens

Conjugando o pensamento de Habermas e concebendo as sociedades modernas num estado de alta ou radicalizada modernidade que apresenta como característica dominante um elevado grau de reflexividade, Beck prefere a expressão *modernidade reflexiva*, pois acredita que a modernização reflexiva possibilita o entendimento e a criação de interpretações que possam responder às discontinuidades da modernidade, geradas a partir das mudanças da vida moderna. O autor acredita que esse processo favorece o potencial destrutivo envolvido na relação dos homens com a natureza

e dos homens entre si, aumentando o nível de perigo vivenciado na vida coletiva.

De acordo com Beck (1997), a sociedade passa a ser reflexiva quando *se torna um tema e um problema para si própria*. As sociedades reflexivas precisam encontrar soluções por si para os problemas criados sistematicamente pela modernização social, principalmente no âmbito político.

Uma sociedade dotada de reflexividade é marcada pela redescoberta e pela dissolução da tradição, bem como pela destruição daquilo que sempre pareceu ser uma tendência estabelecida. Isto não significa que o mundo se torne imune às tentativas humanas de controle. Essas tentativas de controle, principalmente no que diz respeito aos riscos de grandes consequências, permanecem necessárias. Entretanto, é necessário reconhecer que essas tentativas estarão sujeitas a muitas rupturas.

Pode-se assim abordar a questão do risco. Segundo Beck,

Qualquer um que conceba a modernização como um processo de inovação autônoma deve contar até mesmo com a obsolescência da sociedade industrial. O outro lado dessa obsolescência é a emergência da sociedade de risco. Este conceito designa uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial. (Beck, 1997, p.15)

Beck completa esse pensamento afirmando que a sociedade de risco não é uma opção a ser escolhida ou rejeitada no calor das lutas políticas. Ela surge no decorrer dos processos de modernização autônoma que produzem ameaças que questionam e destroem as bases da sociedade industrial.

Habermas (1990) acredita que a reflexividade criada pela coletividade deve ser uma reflexividade substancialmente política e deve estar fundamentada num modelo ético universalista. Para Beck (1997),

O conceito de política na modernidade simples é baseado em um sistema de eixos, em que uma coordenada passa entre os polos da esquerda e da direita e a outra, entre o público e o privado. Nesse caso tornar-se político significa deixar a esfera privada e caminhar em direção à esfera pública, ou, ao contrário, permitir que as exigências dos partidos, da política partidária ou do governo proliferem em todos os nichos da vida privada. Se o cidadão não vai para a política, a política vem para o cidadão. (Beck, 1997, p.60)

Na visão de Beck, a modernização reflexiva necessita de uma *reforma da racionalidade*, uma vez que a racionalidade da ciência e seus padrões e métodos explicativos não são capazes de controlar o fluxo contínuo de novas ameaças e riscos vivenciados nas sociedades atuais.

Por consequência, o autor acredita que a racionalidade científica deve ser substituída por uma ética reflexiva, que se baseie na evidência de que “o microcosmo da conduta da vida pessoal está inter-relacionado com o macrocosmo dos problemas globais, terivelmente insolúveis” (Beck, 1997, p.61). Ainda, as sociedades modernas encontram-se em um momento em que são obrigadas a refletir sobre si e, ao mesmo tempo, desenvolvem a capacidade de refletir retrospectivamente sobre si; isso caracteriza a chamada modernização reflexiva ou a modernidade tardia para Giddens (1997).

Nesse contexto, na busca dos indivíduos por fontes de segurança, o conhecimento científico vem substituindo a tradição. O mecanismo que enfrenta a insegurança produzida pelas transformações sociais e a ruptura das estruturas tradicionais é a absorção de sistemas abstratos de conhecimentos, que são teorias, conceitos e descobertas, e, segundo Giddens, “em todas as sociedades, a manutenção da identidade pessoal, e sua conexão com identidades sociais mais amplas, é um requisito primordial de segurança ontológica”¹ (Giddens, 1997, p.100).

1. Giddens refere-se a segurança ontológica como um sentido de ordem e continuidade a respeito das experiências do indivíduo. Argumenta que isto é dependente

O autor observa que vivemos uma época na qual estão presentes de modo muito marcante a desorientação e a sensação de que não compreendemos completamente os eventos sociais e que, por isso, perdemos o controle. Entre as mudanças trazidas pela modernidade, evidencia-se a transformação das relações sociais e também a percepção dos indivíduos e coletividades sobre os perigos e riscos do viver, bem como sobre a segurança e a confiança:

A modernidade, pode-se dizer, rompe o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações muito maiores e impessoais. O indivíduo se sente privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança oferecidos em ambientes mais tradicionais. (Giddens, 2002, p.38)

A modernidade tardia indica uma mudança no modo de viver as relações, a partir da identificação da razão como o elemento ordenador que produz confiança e elimina ou minimiza os riscos. Ao indivíduo moderno, cabe confrontar seus exageros, assumir-se como objeto de reflexão e exercer uma crítica racional sobre o próprio sistema, tornando-se um tema e um problema para si. Esse indivíduo reflete sobre o mundo em que vive e exerce uma análise racional das consequências de fatos passados, as condições atuais e a probabilidade de perigos futuros, procurando, assim, minimizar os perigos à medida que esse futuro vai se tornando presente.

Para alcançar a segurança ontológica, a modernidade teve que (re)inventar tradições e se afastar de tradições *genuínas*, isto é, aqueles valores radicalmente vinculados ao passado pré-moderno. Este é um caráter de descontinuidade da modernidade, a separação entre o que se apresenta como o novo e o que persiste como herança do velho.

da habilidade da pessoa de dar sentido a sua vida. O significado que é achado em experimentar emoções estáveis positivas e por evitar o caos e a ansiedade.

Esse caráter de descontinuidade, percebido sobretudo entre as ordens sociais tradicionais e as instituições sociais modernas, tem como principais características o ritmo da mudança que a modernidade coloca em movimento e o escopo dessa mudança, isto é, a sua abrangência global e a natureza das instituições modernas.

Giddens (1991) afirma que uma importante característica da modernidade tardia é o seu dinamismo, derivado de três fontes dominantes: a separação entre tempo e espaço, o desenvolvimento de mecanismos de desencaixe e a apropriação reflexiva do conhecimento.

No que concerne à separação entre tempo e espaço, pode-se dizer que ela provoca as relações entre indivíduos, grupos ou instituições ausentes, em que “os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles” (Giddens, 1991, p.22). A separação entre tempo e espaço é a principal condição para o processo de desencaixe das instituições sociais e desencaixe para ele é “o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (Giddens, 1991, p.24). O autor distingue dois tipos de mecanismos de desencaixe ligados ao desenvolvimento das instituições sociais modernas: as fichas simbólicas e os sistemas peritos.

Por fichas simbólicas quero significar meios de intercâmbio que podem ser “circulados” sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular. Vários tipos de fichas simbólicas podem ser distinguidos, tais como os meios de legitimação política; devo me concentrar aqui na ficha do *dinheiro*. (Giddens, 1991, p.25)

Os sistemas peritos estão presentes em todos os aspectos da vida social nas condições de modernidade e, segundo o autor, são mecanismos de desencaixe porque:

Os sistemas peritos são mecanismos de desencaixe porque, em comum com as fichas simbólicas, eles removem as relações sociais das imediações do contexto. Ambos os tipos de mecanismo de desencaixe pressupõem, embora também promovam, a separação entre tempo e espaço como condição do distanciamento tempo-espaço que eles realizam. Um sistema perito desencaixa da mesma forma que uma ficha simbólica, fornecendo “garantias” de expectativas através de tempo-espaço distanciados. Este “alongamento” de sistemas sociais é conseguido por meio da natureza impessoal de testes aplicados para avaliar o conhecimento técnico e pela crítica pública (sobre a qual se baseia a produção do conhecimento técnico), usado para controlar sua forma. (Giddens, 1991, p.31)

A terceira fonte dominante que atribui à modernidade um caráter de dinamismo é a apropriação reflexiva do conhecimento. Segundo Giddens (1991, p.51), “a produção de conhecimento sistemático sobre a vida social torna-se integrante da reprodução do sistema, deslocando a vida social da fixidez da tradição”.

Pensando em conjunto essas três características, o autor resume:

Tomadas em conjunto, estas três características das instituições modernas ajudam a explicar por que viver no mundo moderno é mais semelhante a estar a bordo de um carro de Jagrená² em disparada [...] do que estar num automóvel a motor cuidadosamente controlado e bem dirigido. A apropriação reflexiva do conhecimento, que é intrinsecamente energizante mas também necessariamente instável, se amplia para incorporar grandes extensões de tempo-espaço. Os mecanismos de desencaixe fornecem os meios desta extensão retirando as relações sociais de sua “situacionalidade” em locais específicos. (Giddens, 1991, p.51-2)

2. Segundo Giddens (1991, p.118), “o termo vem do hindu Jagannalh, ‘senhor do mundo’, e é um título de Krishna; um ídolo desta deidade era levado anualmente pelas ruas num grande carro, sob cuja rodas, conta-se, atiravam-se seus seguidores para serem esmagados”.

Posto isso e direcionando o foco para o indivíduo no cenário da modernidade, faz-se necessário tecer considerações sobre a questão da identidade.

De acordo com Giddens (2002), nas sociedades tradicionais, é a tradição, o parentesco e a localidade que limitam a identidade social dos indivíduos. Na sociedade moderna, caracterizada como uma ordem pós-tradicional, que rompe com as práticas e preceitos preestabelecidos, pode-se identificar a ênfase ao cultivo das potencialidades individuais, possibilitando ao indivíduo uma identidade móvel, mutável. Nesse sentido, segundo Dias (2005, p.87),

na modernidade, o “eu” torna-se, cada vez mais, um projeto reflexivo, pois aonde não existe mais a referência da tradição, descortina-se, para o indivíduo, um mundo de diversidade, de possibilidades abertas, de escolhas. O indivíduo passa a ser responsável por si mesmo e o planejamento estratégico da vida assume especial importância.

Sem dúvida, uma grande característica desse projeto reflexivo é estar relacionado a um mundo cada vez mais constituído de informação e procurar negar modos preestabelecidos de conduta, conduzindo o indivíduo a realizar escolhas sucessivas, permitindo que este componha a sua narrativa de identidade, sempre aberta a revisões. Para Giddens (1991, p.39), “a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter”.

Em relação ao caráter de reflexividade da modernidade tardia, Dias (2005, p.87) afirma:

Nas condições da alta modernidade, sensações de inquietude e ansiedade podem se infiltrar na experiência cotidiana dos indivíduos, pois a narrativa da autoidentidade torna-se inerentemente frágil diante das intensas e extensas mudanças que a modernização pro-

voca. Entretanto, ainda que a modernidade seja inerentemente suscetível à crise, favorece, por outro lado, a apropriação de novas possibilidades de ação ao indivíduo, oferecendo oportunidades de revisão de hábitos e costumes tipicamente tradicionais.

Giddens (2002) considera a reflexividade da modernidade uma das maiores influências sobre o dinamismo das instituições modernas. É essa reflexividade que permite compreender de que forma a modernidade altera a natureza da vida social cotidiana. É por essa razão que, nesta pesquisa, a modernidade tardia é o pano de fundo para as relações sociais vivenciadas no CTG e para a manifestação de tradições culturais nesse cenário. Isto posto, podem-se apresentar as considerações concernentes às tradições.

3

A (RE)INVENÇÃO DA TRADIÇÃO NO CONTEXTO DA MODERNIDADE TARDIA

Entende-se a *tradição* como um conjunto de sistemas simbólicos que são passados de geração a geração e que tem um caráter repetitivo. A tradição deve ser considerada dinâmica e não estática, uma orientação para o passado e uma maneira de organizar o mundo para o tempo futuro. A tradição coordena a ação que organiza temporal e espacialmente as relações dentro da comunidade e é um elemento intrínseco e inseparável da mesma.

Seu caráter repetitivo denota atualização dos esquemas de vida. Isto significa que a tradição é uma orientação para o passado, justamente porque o passado tem força e influência relevante sobre o curso das ações presentes.

A tradição também se reporta ao futuro, ou melhor, indica como organizar o mundo para o tempo futuro, que não é visto como algo distante e separado; ele está diretamente ligado a uma linha contínua que envolve o passado e o presente. Essa linha é a tradição. Ela persiste e é (re)modelada e (re)inventada a cada geração. Assim, pode-se dizer que não há um corte profundo, ruptura ou descontinuidade absoluta entre o passado, o presente e o futuro.

A compreensão do mundo é organizada pela tradição, pelo fato de ela ser fundamentada na superstição, na religião e nos costumes. A ordem social baseada na tradição expressa a valorização da cul-

tura oral, do passado e dos símbolos enquanto fatores que perpetuam a experiência das gerações, e, nesse sentido, conhecer é ter habilidade para produzir algo e está ligado à técnica e à reprodução das condições do viver.

Segundo Weber (1994), uma das formas de dominação em uma sociedade é baseada na tradição, a crença na santidade das ordens e dos poderes existentes desde sempre, cujo conteúdo não se tem a possibilidade de alterar, funcionando como o elemento que une as ordens sociais. Porém, salienta Sahlins (1990), os sistemas simbólicos não devem ser pensados como estáticos, mas sim como dinâmicos, atendendo ao curso da história para se reproduzirem. Desse modo, “em toda mudança vê-se também a persistência da substância antiga: a desconsideração que se tem pelo passado é apenas relativa” (Sahlins, 1990, p.190).

Assim, deve-se entender a tradição como um campo que envolve um ritual e possui *status* de integridade, uma forma de garantir a preservação, baseado em modelos que podem ser histórias fictícias, reais ou reinventadas, dando conta dos inúmeros processos de simbolização no curso da história dos atores sociais. Em suma, a tradição passa a ter um caráter normativo, relacionado aos processos interpretativos, por meio do qual o passado e o presente são conectados para ajustar o futuro.

Como observam Hobsbawm e Ranger (1997), toda tradição é uma invenção que surgiu em algum lugar do passado, podendo ser alterada em algum lugar do futuro. As tradições estão sempre mudando, mas há algo em relação à noção de tradição que pressupõe persistência: se for tradicional, uma crença ou prática tem uma integridade e continuidade que resistem aos contratempos e às mudanças. A tradição sobrevive de citações que podem ser sônicas e/ou visuais e que consistem em traços de referências de elementos que transportam para o passado. Mas esses traços encontram-se completamente descontextualizados e abertos a qualquer contextualização.

Observa Sahlins:

Para compreendermos os movimentos culturalistas contemporâneos, as lições da sabedoria tradicional poderiam ser tomadas da seguinte forma: a defesa de uma tradição implica alguma consciência, consciência da tradição implica alguma invenção, a invenção da tradição implica alguma tradição. (Sahlins, 1990, p.89)

Segundo Hobsbawm e Ranger, a invenção de tradições ocorre

Quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as “velhas tradições” foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto do lado da oferta. (Hobsbawm & Ranger, 1997, p.12)

A sociedade atual fundamenta-se no distanciamento e aproximação entre o local e o global para a maioria dos indivíduos e dos grupos sociais. Nas palavras de Anthony Giddens, “quanto mais a tradição perde terreno, e quanto mais reconstitui-se a vida cotidiana em termos da interação dialética entre o local e o global, mais os indivíduos veem-se forçados a negociar opções por estilos de vida em meio a uma série de possibilidades” (Giddens, 2002, p.5). A disjunção sistêmica entre o global e o local traz como consequência direta a heterogeneidade sociocultural: sociedades partilham bens, serviços, mensagens e imagens, mantêm as identificações como o que é produzido e dividido dentro dos seus limites territoriais e, ao mesmo tempo, criam novas formas de identificação.

Para Giddens:

No cenário do que eu chamo a modernidade tardia – o nosso mundo de hoje – o *self*, tal como os contextos institucionais mais

vastos nos quais ele existe, tem de ser construído reflexivamente. No entanto, essa tarefa tem de ser cumprida no meio de uma confusa diversidade de opções e possibilidades. (Giddens, 2002, p.2-3)

De acordo com Giddens (1997), na modernidade, a tradição perde o lugar privilegiado que dispunha nas sociedades pré-modernas, como mecanismo de coordenação das práticas sociais. As ações sociais são permanentemente renovadas e reavaliadas mediante a apropriação dos conhecimentos que vão sendo produzidos sobre as próprias ações e os sistemas sociais nos quais elas ocorrem. Isso não significa que a tradição desapareça. Ela passa, contudo, a subordinar-se ao crivo da avaliação reflexiva. As tradições podem ser articuladas e defendidas discursivamente, justificadas como tendo valor em um universo de valores plurais em competição.

Segundo Giddens (1997), a tradição é contextual, gradativa, uma combinação de ritual e verdade formular. É a verdade formular que torna os aspectos centrais da tradição intocáveis e confere integridade ao presente em relação ao passado (Giddens, 1997, p.127). A tradição percebida como dinâmica e não estática é, enfim, uma maneira de evitar choques entre diferentes valores e modos de vida, agindo como articuladora de atores e grupos sociais (incorporando relações de poder e naturalizando-as), entre as diferentes instâncias do mundo social.

Nas palavras de Giddens (1997, p.81),

a tradição está ligada à memória, especificamente aquilo que Maurice Halbwachs denomina “memória coletiva”; envolve ritual; está ligada ao que vamos chamar de noção formular de verdade; possui “guardiães”; e, ao contrário do costume, tem uma força que combina conteúdo moral e emocional.

Shils (1981) aponta que as tradições estão em constante mudança. Entretanto, existe um caráter de persistência que envolve a noção de tradição. Se um elemento, uma crença ou prática é tradi-

cional, possui um *status* de integridade e continuidade e resiste às mudanças da sociedade. O autor afirma também que “os seres humanos não podem sobreviver sem tradições, embora estejam frequentemente insatisfeitos com as suas” (Shils, 1981, p.322).

No contexto dos Centros de Tradição Gaúcha (CTG), a tradição pode ser caracterizada como uma invenção, ou ainda uma re-invenção, intencionalmente produzida para servir de liame a relações sociais que se quer manter para constituir um grupo. Por isso, a tradição pode carregar consigo uma série de referências e concepções; ela tem a sua epistemologia e traz dentro de si um sentido de coletividade.

Tradição: entre nós e eles

A tradição é essencialmente excludente. Apenas os iniciados, os admitidos, ou seja, aqueles que fazem parte do grupo, o nós, podem participar e compartilhar da sua verdade, do seu ritual. A marginalização, discriminação daquele que não é iniciado, portanto, o *outro* (*eles*), é fundamental para fortalecer o *status* do guardião, aquele que detém o poder de transmitir a tradição e do ritual em si. O *outro* está fora, a verdade formular lhe é confiscada (Silva, 2005).

O *eu*, assim como o *nós*, tem sua identidade vinculada ao envolvimento com o ritual, criando uma diferenciação em relação ao *outro*. Pensando no caso eleito como modelo para esta pesquisa, pode-se dizer que a união em torno do CTG permite que os gaúchos se reconheçam enquanto um grupo diante do restante da sociedade, ou seja, aqueles que seriam os *outros* (*eles*).

A partir da análise da relação desigual de poder que se institui entre grupos estabelecidos e *outsiders*, Elias & Scotson (2000) admitem que tanto o grupo estabelecido (*nós*) quanto o grupo *outsider* (o *outro*) estão inseridos em um conjunto de inter-relações de funções recíprocas. Por essa razão, ambos têm possibilidades de influenciar sua posição: “Nenhum desses grupos poderia ter-se transformado no que era independentemente do outro. Eles só puderam

encaixar-se nos papéis de estabelecidos e *outsiders* por serem interdependentes” (Elias & Scotson, 2000, p.181). Ou seja, no caso dos sul-rio-grandenses, a partir do momento em que contemplam imagens de si e as negociam nos diferentes cenários em que transitam, eles se tornam gaúchos.

Nesse sentido, tal como a sociedade estudada por Elias & Scotson (2000) – a pequena comunidade de Winston Parva, respeitadas as devidas proporções espaço-temporais –, ao estudar a relação entre os membros de um determinado grupo social percebe-se que

O orgulho por encarnar o carisma do grupo e satisfação de pertencer a ele... estão funcionalmente ligados à disposição dos membros de se submeterem às obrigações que lhes são impostas pelo fato de pertencerem a esse grupo... A satisfação que cada um extrai da participação no carisma do grupo compensa o sacrifício da satisfação-pessoal decorrente da submissão às normas grupais. (Elias & Scotson, 2000, p.26).

De acordo com os estudos de Elias & Scotson (2000), pode-se identificar na comunidade de Winston Parva um conflito humano universal. Observou-se que os membros dos grupos mais poderosos que outros grupos interdependentes pensavam a si mesmos, ou seja, se autorrepresentavam, como humanamente superiores. Os autores apontam as autoimagens dos grupos que, quanto a seu diferencial de poder, sentem-se seguramente superiores a outros grupos interdependentes:

Quer se trate de quadros sociais, como os senhores feudais em relação aos vilões, os “brancos” em relação aos “negros”, os gentios em relação aos judeus, os protestantes em relação aos católicos e vice-versa, os homens em relação às mulheres (antigamente), os Estados nacionais grandes e poderosos em relação a seus homólogos pequenos e relativamente impotentes, quer, como no caso de Winston. (Elias & Scotson, 2000, p.19)

Aplicando o modelo desenvolvido por Elias & Scotson (2000) ao caso dos gaúchos tradicionalistas membros do CTG, pode-se ver que

A “antiguidade” da associação, com tudo o que ela implicava, conseguia, por si só, criar o grau de coesão grupal, a identificação coletiva e as normas comuns capazes de induzir à euforia gratificante que acompanha a consciência de pertencer a um grupo de valor superior, com o desprezo complementar por outros grupos. (Elias & Scotson, 2000, p.21)

Ainda de acordo com os autores, o reconhecimento faz parte de uma complexa rede de dependência entre os indivíduos que compõem qualquer formação social, pois a opinião que os sujeitos fazem uns dos outros e a expressão dessa opinião pelo comportamento tem papel decisivo como instrumento de controle em meio à mesma.

Segundo Elias & Scotson (2000),

O uso de uma pequena unidade social como foco da investigação de problemas igualmente encontráveis numa grande variedade de unidades sociais, maiores e mais diferenciadas, possibilita a exploração desses problemas com uma minúcia considerável – microscopicamente, por assim dizer. Pode-se construir um modelo explicativo em pequena escala, da figuração que se acredita ser universal – um modelo pronto para ser testado, ampliado, e, se necessário, revisto através da investigação de figurações correlatas de maior escala. (Elias & Scotson, 2000, p.20)

Dessa forma, o modelo que resulta da investigação de um grupo como o dos gaúchos tradicionalistas, membros dos CTG, pode funcionar como uma espécie de *paradigma empírico*. Nas palavras dos autores:

Aplicando-o como gabarito a outras configurações mais complexas desse tipo, pode-se compreender melhor as características estrutu-

rais que elas têm em comum e as razões por que, em condições diferentes, elas funcionam e se desenvolvem segundo diferentes linhas. (Elias & Scotson, 2000, p.21).

A relação *nós/eles* aponta um elemento fundamental para a investigação dos gaúchos tradicionalistas: a identidade étnica. Nas sociedades modernas, a identidade torna-se uma questão substancial. Mesmo aqueles que dizem que nunca se preocuparam ou questionaram a própria identidade, têm sido obrigados a fazer escolhas importantes ao longo das suas vidas, a partir de questões sobre o cotidiano, a religião, as crenças, as tradições, a aparência, os relacionamentos e profissões. Embora anteriormente, nas sociedades tradicionais, possa-se observar que a ordem social baseada firmemente na tradição proporcionava aos indivíduos papéis mais definidos, na sociedade pós-tradicional, os papéis são constantemente trabalhados pelos próprios sujeitos.

Etnicidade e identidade étnica

São inúmeros os estudos de etnicidade relacionados a grupos humanos diferentes desenvolvidos pelas ciências sociais. Não é o objetivo fazer aqui uma análise exaustiva ou mesmo um histórico do uso do conceito e de como os trabalhos foram e são direcionados. O intuito é somente apresentar um panorama dessa problemática para contextualizar como se construiu o conceito de etnicidade no pressuposto desta pesquisa, com a finalidade de compreender, posteriormente, como se originou o tradicionalismo gaúcho.

Ao pensar na possibilidade de identificação étnica, corre-se o risco de buscar grupos culturais fechados e estáticos, de buscar uma filiação, um nome, um recorte geográfico. Mas a questão não é tão simples. Mesmo que os registros históricos fornecessem as pistas necessárias para esse tipo de identificação, ou de qualquer outra natureza de fonte acadêmica, esses dados não teriam, por si só,

autoridade para desenhar um mapa desse percurso, na medida em que os grupos humanos e a construção da identidade étnica são extremamente dinâmicos e flexíveis. Dessa maneira, a concepção de etnicidade está além da definição de culturas específicas e, portanto, composta de mecanismos de diferenciação e identificação que são acionados conforme os interesses dos indivíduos em questão, assim como o momento histórico no qual estão inseridos.

Os conceitos de grupo étnico, identidade étnica e etnicidade têm uma complexa trajetória teórica nas ciências sociais. As dificuldades podem ser constatadas nas muitas coletâneas, textos e estudos de caso publicados desde a década de 1960. A unidade concreta de análise – o grupo étnico – tem sido definida por diferentes combinações de características que vão da cultura comum à identidade étnica simbolicamente construída. A revisão do conceito – realizada a partir de trabalhos de autores como Abner Cohen (1969) e Frederick Barth (1969), por exemplo – resultou na incorporação das noções de identidade étnica e etnicidade, com críticas contundentes à concepção tradicional, que concebia o grupo étnico como unidade cultural distinta, separada.

Sobre a complexidade de se estudar o conceito de etnicidade, Poutignat e Streiff-Fenart (1998) afirmam:

Estudar a etnicidade consiste, então, em inventariar o repertório das identidades disponíveis em uma situação pluriétnica dada e descrever o campo de saliência dessas identidades nas diversas situações de contato. A análise situacional da etnicidade liga-se ao estudo da produção e da utilização das marcas, por meio das quais os membros das sociedades pluriétnicas identificam-se e diferenciam-se, e ao estudo das escolhas táticas e dos estratégias que acionam para se safarem do *jogo* das relações étnicas. Entre essas táticas figuram especialmente a alternância de identidades (*identity switching*), o domínio da impressão e os processos de *alter-casting* que permitem atribuir um papel étnico ao outro. (Poutignat & Streiff-Fenart, 1998, p.117)

Segundo Poutignart & Streiff-Fenart (1998), nas diversas formas de conceituação, a etnicidade pôde ser definida como caráter ou qualidade do grupo étnico (Glazer & Moynihan, 1975), como fenômeno situacional, como o sentimento de formar um povo (Gordon, 1964), como o relacionamento entre grupos que se consideram e são considerados culturalmente distintos (Ericksen, 1991) ou como fenômeno de natureza política ou econômica, remetendo a grupos de pessoas unidas em torno de interesses comuns (Cohen, 1974).

As contribuições desses e de outros autores permitem avançar no sentido de considerar as especificidades de uma identidade propriamente étnica. Lapierre (1998) e Poutignat & Streiff-Fenart (1998) propõem que a identidade étnica é uma forma de organização social cujo sistema de categorização fundamenta-se numa origem suposta. A questão referente à origem é recuperada da contribuição weberiana sobre os grupos étnicos, para a qual a crença subjetiva na origem comum constitui um laço característico da etnicidade.

A partir dos estudos de Barth (1998), torna-se possível definir grupo étnico como uma forma de organização social que expressa uma identidade diferencial nas relações com outros grupos e com a sociedade mais ampla. A identidade étnica é utilizada como forma de estabelecer os limites do grupo e de reforçar sua solidariedade. Nessa concepção, a continuidade dos grupos étnicos não é explicada em termos de manutenção da sua cultura tradicional, mas depende da manutenção dos limites do grupo, da contínua *dicotomização* entre membros e não membros (nós/eles). Os traços culturais que demarcam os limites do grupo podem mudar e a cultura pode ser objeto de transformações, sem que isso implique o esvaziamento da solidariedade étnica. Poutignat & Streiff-Fenart (1998) concordam com essa colocação de Barth e completam:

Há que convir com Barth, que a etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores. Esta definição mínima é suficiente para circunscrever

o campo de pesquisa designado pelo conceito de etnicidade: aquele dos estudos dos processos variáveis e nunca terminados pelos quais os atores *identificam-se e são identificados pelos outros* na base de *dicotomizações nós/eles*, estabelecidas a partir de traços culturais que se supõe derivados de uma origem *comum e realçados* nas interações raciais. (Poutignat & Streiff-Fenart, 1998, p.141)

Frederich Barth (1998) afirma que os indivíduos têm de estar conscientes de sua identidade étnica e com uma atuação dinâmica a seu favor. Isso significa que cada indivíduo dentro de determinado contexto histórico e geográfico contribui para a etnicidade de seu grupo, servindo como ator dessa trama cultural. Nem sempre as pessoas de um grupo participam da formação de sua identidade étnica conscientemente. Muito do que elas aprendem a respeito de sua identidade étnica é inconsciente, fazendo parte de sua educação desde seu nascimento.

A etnicidade é uma entidade relacional, pois está sempre em construção, de um modo predominantemente contrastivo, o que significa que é construída no contexto de relações e conflitos intergrupais. A forma contrastiva que caracteriza a natureza do grupo étnico resulta de um processo de confronto e diferenciação. Tudo isso acentua a natureza dinâmica da identidade étnica que se constrói no jogo desses confrontos, oposições, resistências, como também e, sobretudo, no jogo da dominação e da submissão. Barth também ressalta que o caráter contraditório da relação entre grupos étnicos aparece mais claramente quando se trata de minorias em suas relações de sujeição para com as sociedades que as envolvem.

Sendo assim, identidade étnica implica cultura. Cultura faz parte da identidade étnica de um grupo, sendo que tal identidade transcende os aspectos culturais do mesmo, porque é influenciado por aspectos que estão fora da dimensão do grupo. Cultura vem a ser o aspecto de um grupo que faz com que seus integrantes sintam-se unidos entre si.

Tanto cultura como etnicidade são termos que implicam obrigatoriamente uma dinâmica. Isso significa que um grupo não per-

manecerá com seus aspectos culturais indefinidamente, mas que essas qualidades serão modificadas com o passar do tempo, de acordo com as contribuições do novo contexto para a comunidade. Uma cultura necessariamente vai se transformar com o passar do tempo em consequência de fatores externos ou internos. Por isso, a sua identidade étnica estará constantemente sendo colocada em questão.

De acordo com Barth (1998), grupos não podem ser ordenados como um todo homogêneo. Culturas estão sempre em movimento, contêm contradições e são incoerentes. Juntando a problemática das variações que cada cultura traz consigo e sua implicação no estudo da identidade étnica de um grupo, Barth afirma que a cultura pode ser utilizada para manter a diferenciação entre grupos étnicos próximos geograficamente por meio de processos internos que possam acentuar as diferenças entre eles.

Seguindo a reflexão de Barth, Poutignat & Streiff-Fenart (1998) explicam a relação entre etnicidade e cultura:

Em razão dessa disjunção entre cultura e etnicidade, geralmente se admite que o grau de enraizamento das identidades étnicas nas realidades culturais anteriores é altamente variável, e que toda cultura “étnica” é, em certa medida, “remendo”. A etnicidade não é vazia de conteúdo cultural [...] mas ela nunca é também a simples expressão de uma cultura já pronta. Ela implica sempre um processo de seleção de traços culturais dos quais os atores se apoderam para transformá-los em critérios de consignação ou de identificação com um grupo étnico. Concorde-se igualmente em reconhecer que os traços ou os valores aos quais pessoas escolhem para prender suas identidades não são necessariamente os mais importantes, os que possuem “objetivamente” o maior poder de demarcação [...] Uma vez selecionados e dotados de valor emblemático, determinados traços culturais são vistos como a propriedade do grupo no duplo sentido de atributo substancial e de posse [...] e funcionam como sinais sobre os quais se funda o contraste entre nós e eles. (Poutignat & Streiff-Fenart, 1998, p.129)

Nessa perspectiva, a concepção de cultura é entendida nas suas dimensões antropológica e sociológica, não restrita aos aspectos puramente étnicos/raciais, mas articulada a outras categorias como nação, classe, gênero, religiosidade. A cultura compreendida a partir desse ponto de vista articula essa diversidade de relações produzidas no cotidiano, combina seus significados simbólicos, constituindo o que Geertz (1978) denominou de teia de significados. Uma dinâmica que rompe com a visão de cultura no singular, remetendo para uma concepção de que a cultura é mais bem compreendida se for inserida dentro de universos múltiplos, coexistindo e enfrentando esses movimentos permanentemente em processo de metamorfose.

A ideia de etnia deve ser introduzida em contextos sociais, políticos e econômicos, a fim de situar e entender os fenômenos étnicos contemporâneos. A etimologia do termo *etnia* situa-se na expressão grega *ethnós*, que significa povo. Quanto ao termo étnico, procede do latim *ethnicus*. A partir do século XIX, o termo passou a ser associado à terminologia *raça* como forma de distinguir as diferentes populações humanas. Vários estudiosos propuseram, inclusive, a substituição do termo *raça* pelo de *etnia*, embora essa proposição não tenha alterado as concepções hierarquizadoras já consagradas pelo conceito de *raça* na distinção dos grupos humanos. Essa perspectiva ajuda a formular uma possível diferenciação entre os dois conceitos, utilizando os processos históricos distintos que os forjaram.

O conceito de *raça* deriva de um contexto impositivo de distinções – classificações de características físicas, biológicas – por parte de grupos dominantes no período colonial. Já o termo *etnia* envolve a descrição daquelas características herdadas culturalmente que fundamentam a existência de um determinado grupo humano em um passado ancestral comum (Pujadas, 1993). Nesse sentido, a identidade étnica passa a ser o acúmulo dessas heranças culturais que permitem significar distinções frente a outros grupos sociais/étnicos.

A identidade étnica de um grupo transcende seus aspectos culturais, não envolvendo somente aspectos internos dessa cultura,

mas sendo particularmente envolvida pelas interações do grupo com o mundo a seu redor.

Não se deve falar de cultura, mas em culturas. Não se deve fazer uma classificação de culturas, sobretudo porque as práticas e as instituições variam de uma formação social para outra.

De acordo com Oliven (1992), a construção da identidade gaúcha passa, principalmente, pela representação da figura mitificada do gaúcho. É a imagem do homem acostumado com as lidas do campo, repleto de valores como heroísmo, valentia, coragem, honestidade. Segundo Jacks (1998, p.21), essa imagem “engendrou um tipo, uma personalidade, que passou a identificar idealmente o gaúcho e a impor-se como padrão de comportamento. Essa imagem há muito deixou de corresponder à realidade concreta e só é vivida simbolicamente”, uma vez que não aproxima o gaúcho dele mesmo. Jacks (1999) acredita que a cultura gaúcha seria o que se chama de *representativa* e teve como agentes responsáveis a literatura e a historiografia oficiais.

Parece acertado agora apresentar a definição de tradição e identidade de Oliven:

Nação e tradição são recortes da realidade, categorias para classificar pessoas e espaços e, por conseguinte, formas de demarcar fronteiras e estabelecer limites. Elas funcionam como pontos de referência básicos em torno dos quais se aglutinam identidades. Identidades são construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que operam como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção. (Oliven, 1992, p.26)

Independente do caráter de representação, as construções sociais formuladas em torno da figura do gaúcho o diferenciam dos demais sujeitos nacionais.

A diversidade das culturas existentes acompanha a variedade da história humana, expressa possibilidades de vida social organi-

zada e registra graus e formas diferentes de domínio humano sobre a natureza. Dessa forma, a cultura gaúcha – se é que se pode referir assim às expressões culturais daquele grupo social – é apenas uma das culturas presentes no Brasil, não sendo melhor, nem pior, apenas diferente e singular.

Em se tratando da singularidade da cultura gaúcha, o CTG é certamente um destaque. As atividades realizadas no CTG são baseadas em símbolos, crenças, práticas e rituais, e possuem um aspecto de ludicidade. O *lúdico* presente nas tradições gaúchas vivenciadas no CTG é um elemento representativo no estudo das tradições no contexto da modernidade tardia e será abordado no próximo capítulo.

4

TRADIÇÃO E LUDICIDADE

A tradição gaúcha e suas diversas manifestações possuem características festivas, comemorativas e competitivas. Entre os rituais destacam-se os festivais e encontros de tradição gaúcha que apresentam diversos elementos que celebram a cultura e a tradição. Esses elementos serão aqui apresentados e discutidos a partir do conceito de ludicidade.

Podem-se observar diversas tentativas de classificar o homem de acordo com as suas mais variadas atividades. Na Antiguidade, por exemplo, Aristóteles classificou o homem em três categorias: *homo sapiens* (o que conhece e aprende), *homo faber* (o que faz, produz) e *homo ludens* (o que brinca, o que cria). Ao considerar essa última categoria, pode-se afirmar que *brincar*, ação que está intimamente ligada ao *lúdico*, é uma ação que faz parte do ser humano integral, favorece o desenvolvimento social e afetivo, intensifica e facilita a convivência em grupo (Martins, 2003).

Considera-se aqui *lúdico* como um termo que designa brincadeira, diversão e outras ações ou atividades prazerosas que têm como finalidade a própria atividade em si. Além disso, *lúdico* também pode ser usado com o significado de *jogo*.

Huizinga ressalta em sua obra *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*, que o *jogo* em seu sentido complexo está relacio-

nado com a distração, o entretenimento, a celebração festiva, a disputa amistosa e possibilita prazer, alegria e satisfação aos sujeitos participantes. Para o autor, a cultura possui um caráter *lúdico* que se manifesta da seguinte maneira:

Regra geral, o elemento *lúdico* vai gradualmente passando para segundo plano, sendo sua maior parte absorvida pela esfera do sagrado. O restante cristaliza-se sob a forma de saber: folclore, poesia, filosofia e as diversas formas da vida jurídica e política. Fica assim completamente oculto por detrás dos fenômenos culturais o elemento *lúdico* original. (Huizinga, 2005, p.54)

Roger Caillois também versa sobre o *jogo*. O autor procura demonstrar como se dispõem as bases fundamentais dos jogos. Podem-se estabelecer três pontos para reflexão: o *jogo* e a vida são elementos interpenetrantes, que se influenciam; o *jogo* pode ser encarado como atividade complexa, principalmente devido às relações estabelecidas com a sociedade; e o *jogo* como possibilidade de diferenciação das diferentes culturas (Caillois, 1986).

A partir desses pontos, segundo Lara e Pimentel (2006, p.183),

O jogo e vida constituem-se como campos antagônicos, simultâneos e interdependentes que se dão de modo fecundo e complementar, gerando relações complexas e peculiares em cada cultura e época. Os jogos, como fatores e imagens da cultura, criam hábitos, provocam mudanças, oferecem indicações sobre preferências, debilidades, forças e caracterização de uma civilização.

Esse contexto indica que, na atualidade, há a concretização de espaços para o *jogo*, que permitiria o estado divinizante, mítico, sagrado, ou seja, novas roupagens e experiências assumidas pelos ritos primitivos, agora vivenciadas a partir de uma racionalidade mais instrumentalizada. O *jogo* assume, nas diferentes sociedades em contextos histórico-culturais distintos, uma característica competitiva, casual, *lúdica* e festiva.

Os encontros de tradição gaúcha, conhecidos como Encontro de Arte Tradição (Enart) (abrangência estadual) e Festival Nacional de Arte e Tradição (Fenart) (abrangência nacional), apresentam diversas características do *jogo*, tanto no aspecto do *lúdico*, relacionado à diversão, festividade, prazer e satisfação de celebrar, como no aspecto da disputa acirrada, da competição, jogos que envolvem condições objetivas, subjetivas e especiais.

Os símbolos temáticos populares desses eventos, tais como as tradições, usos, costumes e demais bens culturais expressos na arte possuem muitos significados para os participantes e reforçam o sentimento de pertencimento e identidade.

Maffessolli (1998) acredita que esse tipo de festa popular, de celebração, pode desenvolver rituais significativos na vida das pessoas, como atividade de aproximação social. O caráter *lúdico* dessas manifestações serve como escape das tensões da vida contemporânea e permite que indivíduos que não se conhecem possam se agrupar, celebrar e apreciar espetáculos, porque gostam e se identificam com o tipo de arte que será apresentado, neste caso, arte e cultura gaúchas.

Enart: ludicidade e competição

De acordo com a Unesco, o Enart é o maior festival de arte amadora da América Latina. O objetivo do evento, organizado anualmente pelo MTG, é promover o tradicionalismo gaúcho por meio de competições entre os CTG do Rio Grande do Sul, que enviam seus membros para se apresentarem nas mais diversas modalidades artísticas.

No Enart são apresentadas 22 modalidades. São elas:

- Danças tradicionais
- Chula
- Gaita piano
- Gaita de boca

- Gaita botão até 8 baixos
- Gaita Botão + de 8 baixos
- Bandoneon
- Violino ou rabeca
- Violão
- Viola
- Conjunto instrumental
- Conjunto vocal
- Intérprete solista vocal masculino
- Intérprete solista vocal feminino
- Trova campeira (Mi Maior de Gavetão)
- Trova de martelo
- Trova estilo Gildo de Freitas
- Declamação masculina
- Declamação feminina
- Pajada
- Causa
- Danças de salão

É realizado em três etapas: as regionais, as inter-regionais e a final. Envolve competidores de todo o estado e espectadores de todo o país. Estima-se haver mais de 2 mil concorrentes por ano e mais de 60 mil espectadores na fase na final. Sobre as etapas:

1. *Regional*: nessa etapa, que varia de região para região, pode ou não ser realizado um concurso. Classificam-se sete competidores de cada modalidade para a fase seguinte.
2. *Inter-regional*: o Estado do Rio Grande do Sul é dividido em trinta regiões tradicionalistas. Essas regiões são agrupadas em quatro inter-regiões num torneio inter-regional no qual classificam-se oito ou nove competidores, dependendo da inter-região, para a fase final.
3. *Final*: essa fase é realizada todo ano no mês de novembro, na cidade de Santa Cruz do Sul (RS), onde os classificados das

inter-regionais competem com concorrentes de todo o estado, elegendo assim, os campeões estaduais.

Nas suas diversas atividades e atrações, o Enart apresenta e exalta temas da cultura gaúcha, como a história do estado, as tradições, os usos e costumes, as representações do cotidiano e do modo de vida tradicional. Essas atividades permitem uma valorização da interação dos visitantes e participantes do evento e evidencia que a ludicidade presente nas mesmas é um elemento fundamental para que esses sujeitos possam transmitir, vivenciar e compartilhar os aspectos da cultura gaúcha em destaque. Pode-se pensar, nesse contexto, que os frequentadores do evento estão em busca de um lugar específico marcado pela identidade cultural, pelas raízes históricas, memoriais e culturais e até familiares.

Para alcançar os propósitos deste livro foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo e de observação na etapa final do 23º Enart, realizado nos dias 14, 15 e 16 de novembro de 2008. Durante o evento foram tiradas fotografias das mais diversas atividades artísticas e da interação social dos participantes. Também foram coletados depoimentos com gaúchos tradicionalistas, a fim de obter informações a respeito do evento e do Movimento Tradicionalista. Entende-se que os depoimentos apresentados aqui são os mais esclarecedores e significativos de acordo com o objetivo deste estudo.

Segundo a organização do evento, a expectativa de público de 50 mil pessoas foi atingida. Foram três dias de disputa, reunindo mais de 2 mil competidores de 156 entidades tradicionalistas do Rio Grande do Sul, em 22 modalidades. O vencedor do Enart 2008 foi o CTG Gildo de Freitas, de Porto Alegre.

As imagens que serão apresentadas neste capítulo foram obtidas durante o evento, não serão analisadas e possuem caráter ilustrativo.



Figura 3 – Logotipo do ENART 2008

Fonte: Blog Mundo Gaúcho. Disponível em <http://mundogaúcho.blogspot.com/2008/11/ctg-gildo-de-freitas-o-vencedor-do_16.html>. Acesso em 13/9/2009.



Figura 4 – Entrada do Parque da Oktoberfest em Santa Cruz do Sul

Na fase final do Enart, pode-se afirmar que muitos dos frequentadores do evento são integrantes de CTG que se deslocam em caravanas para Santa Cruz do Sul e permanecem acampados no Parque da Oktoberfest, com a finalidade de prestigiar os competidores do seu CTG que estão entre os finalistas do evento.

De acordo com M. S., homem, tradicionalista, integrante do IGTF, o ato de famílias inteiras se deslocarem em caravanas, munidos apenas de seus pertences pessoais e o necessário para se manterem durante os dias do evento e permanecerem acampados no parque, demonstra a força da cultura campeira, muito forte em

todo o Movimento Tradicionalista. É um momento de confraternização e, segundo M. S., é a volta às origens do campo, a vida simples e a comunhão com a natureza. Ressalta também o respeito que há entre os campistas, que primam pela ordem, segurança e respeito entre todos no acampamento.



Figura 5 – Acampamento do CTG Adaga Velha



Figura 6 – Acampamento do CTG Rodeio da Querência

Ao observar o acampamento pode-se perceber que os campistas estão organizados e procuram respeitar os limites de cada CTG. O parque conta com pontos de energia elétrica espalhados por todo o recinto e podem-se observar alguns objetos que distanciam o acampamento da vida simples do campo, diferentemente do que mencionou M. S. Fogões, pequenos refrigeradores, aparelhos de micro-ondas, televisores, aparelhos de som de última geração, telefones celulares, *notebooks*, entre outros, são encontrados frequentemente nas mãos dos campistas. O acampamento é um ambiente onde a sociabilidade do gaúcho, a vida em comunidade e os valores da vida simples do campo se misturam com a tecnologia e utensílios da vida urbana.

As atividades artísticas estão espalhadas por todo o parque, em lugares diversos que são como palcos independentes, que contam com cenografia própria e harmônica direcionada às atividades artísticas que ocorrerão. Os frequentadores prestigiam as apresentações e contemplam a multiplicidade de representações artísticas, estéticas, *lúdicas*, festivas, gastronômicas e socioculturais. Prevalce um forte apelo popular baseado em tradições, na memória do homem gaúcho rural e nos símbolos de seu modo de vida e da motivação tradicionalista, a justificativa temática do evento.



Figura 7 – Banner com a programação do evento para o palco D

Lá são experimentados gostos, crenças, modos de vida, sociabilidades, que reproduzem um projeto político, econômico e cultural do Movimento Tradicionalista gaúcho, que quer se firmar diante das demais práticas culturais e criar um padrão para a associação em torno do CTG. Festivais e encontros como esse contam com patrocínio de empresas privadas e do governo do Estado do Rio Grande do Sul, e com as mensalidades pagas pelos membros do CTG, que arrecadam fundos para manter as atividades do Movimento Tradicionalista por todo o Brasil.

Espalhadas pelo recinto estão as barracas de comida e bebida com uma vasta oferta gastronômica com todas as iguarias da cozinha gaúcha. Além disso, é comum encontrar os gaúchos fazendo churrasco no acampamento espalhado por todo o recinto. Diversas lojas com produtos típicos da cultura gaúcha estão localizadas em um galpão. São cuias e bombas usadas para o consumo do chimarrão, produtos para montaria feitos de couro, de lã de ovelha, roupas típicas e artefatos de cozinha entre muitos outros que são apreciados e adquiridos pelos visitantes e tradicionalistas.

Em todo o parque pode-se verificar que a maior parte dos frequentadores, assim como a totalidade dos competidores, estão pilchados, ou seja, trajando a pilcha, roupa típica gaúcha. Aqueles frequentadores que não estão pilchados fazem uso de algum elemento da pilcha, como a bombacha ou o lenço vermelho.¹ Essa vestimenta é a vestimenta oficial do gaúcho tradicionalista. É comum também, nas ruas das mais diversas cidades do estado, encontrar pessoas usando a pilcha, independente de sexo ou idade.

M. S. mencionou em seu depoimento que em todas as atividades sociais ou campeiras dos CTG e também em eventos oficiais como o Enart, os participantes usam a pilcha. Segundo ele, a pilcha demonstra o respeito do gaúcho pelas tradições e, para reforçar

1. O lenço vermelho foi incluído na pilcha pelos primeiros tradicionalistas na década de 1940, como uma referência e homenagem aos gaúchos que lutaram na Revolução Farroupilha. É tratado como um símbolo de liberdade e coragem pelos tradicionalistas.



Figura 8 – Barraca de comidas típicas do Rio Grande do Sul

isso, é ensinado às crianças, desde muito cedo, a usarem a pilcha e não sentirem vergonha de se pilcharem em ocasiões como estas ou nas atividades do CTG.

O traje é um tema muito comentado entre os tradicionalistas, e O. S., mulher, tradicionalista e grande conhecedora dos costumes e da tradição, falou sobre isso em seu depoimento. A *prenda* e o *peão* são os nomes dados para a mulher e para o homem gaúchos. A *prenda* usa um vestido específico, muito recatado que remete a uma mulher digna e de muito respeito.

Foi construída historicamente uma memória gaúcha na qual a *prenda* é a representação da figura de mulher que o tradicionalismo escolheu para cultivar.



Figura 9 – Churrasco no acampamento

Falando sobre a *prenda*, O. S. explica que esta é a imagem da mulher que vive sob os costumes e tradição gaúchos. Cada CTG e região tradicionalista elege a sua *prenda*. A beleza não é o requisito. A menina que será eleita *prenda* precisa conhecer os símbolos da cultura e tradição gaúchas, saber cantar, declamar poesia, conhecer a história do Rio Grande do Sul. O. S. ensina todos esses passos às meninas candidatas a *prendas*. São eleitas de acordo com a idade e representam seu CTG ou região tradicionalista em eventos oficiais.

Assim como as novas gerações são ensinadas a usar a pilcha, são ensinadas a cultuar um passado idealizado de um gaúcho que viveu no campo, em harmonia, e as meninas são estimuladas a representar o papel de *prenda*: a “mulher gaúcha”, que deve ser um espelho de dignidade.



Figura 10 – A pilcha. Roupas típicas gaúchas e as prendas ao fundo

A ludicidade é um recurso utilizado pelos CTG, e pelo Movimento Tradicionalista de modo geral, como uma alternativa de transmitir as tradições – que também são passadas oralmente de geração a geração e por meio dos rituais diários de convivência – num momento histórico e social no qual se observa uma estrutura cultural, política e econômica que impõe valores, posições e conceitos à maioria da população. É um processo de transmissão centrado na ludicidade, com um universo complexo de significados que abrange o imaginário dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem da tradição, desenvolvendo o pensamento, a linguagem e o sentido de identidade coletiva desses sujeitos.

No caso específico da tradição gaúcha, o conteúdo tradicionalista, os elementos e símbolos da tradição e a descontração coexistem no momento da transmissão, e o caráter *lúdico* da informação que se pretende ensinar facilita o processo de aprendizagem da tradição gaúcha. O *lúdico* é observado nas atividades sociais e campearas desenvolvidas por todos os membros do CTG, principalmente entre os jovens que participam dos encontros, festivais e rituais em que a demonstração pública dos elementos da cultura gaúcha, como a música, a dança, a poesia, a indumentária, são observados e avaliados em forma de competição.



Figura 11 – Jovens trajando bombacha

Em se tratando do Enart, a competição é vivenciada em todas as atividades artísticas, uma vez que se trata de um encontro de arte e cultura gaúchas que pretende escolher os campeões estaduais. Os participantes das apresentações são jovens de 14 a 25 anos que treinam e apresentam suas modalidades durante o ano todo no seu CTG.

De acordo com M. S., esses jovens, que estão se firmando como cidadãos na sociedade, vivenciam essas atividades e levam essas experiências para toda a vida, preservando e transmitindo a tradição gaúcha para as próximas gerações. M. S. afirma que o Enart é produto das atividades realizadas nos CTG. Os jovens passam o ano todo ensaiando para se apresentar nas competições regionais, estadual e nacional. Segundo ele, a união em torno do CTG estimula que os jovens saiam das ruas, da criminalidade, permite que as famílias se unam e compartilhem momentos juntos – na medida em que os pais acompanham seus filhos nas atividades artísticas – e também que as crianças e jovens respeitem os mais velhos, uma vez que não há censura nem limite de idade para participar das atividades sociais, campeiras ou artísticas realizadas nos CTG.

Nos CTG são realizados bailes nos quais se dançam e se cantam músicas típicas do Rio Grande do Sul. M. S. ressalta que os bailes

acontecem de luz acesa e não é permitido que casais se beijem ou que troquem carícias de modo ofensivo na frente dos demais. Segundo ele, não se pode fumar no salão de baile e a bebida alcoólica é vendida livremente, pois os frequentadores sabem que qualquer excesso será punido com a retirada do indivíduo alcoolizado do baile. Tudo isso acontece porque no baile realizado no CTG, segundo ele, as famílias podem participar unidas, pais e filhos brincam e dançam juntos em meio a outras famílias. Para que esse ambiente seja apropriado ao convívio familiar, são tomados esses cuidados.

Em relação às danças, nos seus mais diversos estilos, pode-se dizer que é a modalidade que mais atrai espectadores. Seu caráter artístico, *lúdico*, festivo parece diminuir diante do aspecto competitivo, que sobressai durante as apresentações. Para O. S., essa é uma competição sadia. Tudo é vivenciado com respeito e fazendo referência ao passado do gaúcho, um passado de glórias e vitórias. Para ela, a dedicação dos participantes e o orgulho por ser gaúcho e representar o seu CTG garante o respeito necessário para que a competição seja justa e saudável. Segundo M. S., a competição é inerente ao ser humano e o CTG e as demais atividades tradicionalistas propiciam o ambiente adequado para que jovens possam competir entre si e aprender com a vitória e a derrota.

As imagens a seguir são de vários grupos apresentando-se nas modalidades de dança, o ponto alto do *jogo*, da competição.



Figura 12 – Apresentação de chula



Figura 13 – Apresentação de dança modalidade tradicional



Figura 14 – Apresentação de dança estilo livre

Pode-se identificar nos depoimentos apresentados um discurso extremamente positivo das atividades tradicionalistas. Não há defeitos nem problemas evidenciados em seus relatos, e percebe-se que suas afirmações defendem todas as práticas vivenciadas sob a justificativa da cultura e tradição gaúchas. Não são questionados os símbolos nem as atividades. É um discurso que exalta somente as qualidades do povo gaúcho e que procura colocar o tradicionalismo numa condição de guia para condutas sociais na convivência no CTG.

Ao refletir sobre as tradições na modernidade tardia, no que concerne às tradições gaúchas e seu caráter *lúdico*, deve-se considerar o conceito de *jogo* apresentado por Huizinga (2005). O *jogo* corresponde a uma das noções mais primitivas e enraizadas, sua relação com a cultura estabelece-se sob a forma do ritual e do sagrado e manifesta-se na expressão da competição observada nas atividades artísticas em destaque no Enart.

Num contexto de modernidade tardia, as tradições são apropriadas tendo a ludicidade como mediadora desse processo de apropriação. É a ludicidade que justifica as atividades que são desenvolvidas no CTG e que só lá, nesse espaço, têm sentido.

Para manter a unidade do grupo em torno do CTG e a sobrevivência do grupo diante daqueles que seriam os outros, aqueles que não são tradicionalistas, o Movimento Tradicionalista atribuiu um caráter *lúdico* às atividades realizadas no cotidiano do CTG e durante os rituais de celebração da tradição gaúcha, como o Enart. Esse caráter *lúdico* (re)inventou símbolos e práticas conferindo a estes características de associação que reforçam o vínculo identitário daqueles que vivenciam essas experiências.

Ainda dentro do contexto da modernidade tardia e considerando o aspecto de ludicidade das tradições gaúchas, aborda-se no próximo capítulo a preservação e a transmissão de tradições, enfatizando o uso da Internet. A Internet é considerada um meio eficaz de preservação, transmissão e ensino de tradições porque atinge um número gigantesco de indivíduos que navegam pela Web em busca de todo e qualquer tipo de conteúdo informacional, inclusive os relacionados à tradição gaúcha.

O que torna a Internet tão atrativa, além dos motivos que serão mencionados mais adiante, é que ela possui um caráter de ludicidade identificado em *websites* interativos e colaborativos que permitem o compartilhamento de informações de maneira criativa, descontraída e personalizada, uma vez que o indivíduo é mais que um leitor: ele é um sujeito ativo e é permitido a ele contribuir na

construção dos conteúdos informacionais do *website*. Isso ocorre porque a Internet conta com uma geração de serviços, a Web 2.0, que privilegia a colaboração e o compartilhamento das informações, permitindo uma ação efetiva do usuário nesses ambientes informacionais digitais.

5

PRESERVAÇÃO E TRANSMISSÃO DAS TRADIÇÕES

Os rituais que envolvem a tradição constituem um meio prático de preservação. Os rituais são ferramentas utilizadas para preservar a memória coletiva e as verdades inerentes ao tradicional. Segundo Silva (2005), a experiência cotidiana é fortalecida pelos rituais que reforçam a união na comunidade. Os rituais possuem uma esfera e linguagem própria e uma *verdade em si*, isto é, uma verdade formular. Giddens explica que

A linguagem ritual é performativa, e às vezes pode conter palavras ou práticas que os falantes ou os ouvintes mal conseguem compreender. [...] A fala ritual é aquela da qual não faz sentido discordar nem contradizer – e por isso contém um meio poderoso de redução da possibilidade de dissensão. (Giddens, 1997, p.83)

Para que a tradição seja transmitida e sua verdade formular seja passada aos membros da comunidade é necessário que haja um intérprete, o *guardião* da tradição – na modernidade tardia, esse sujeito é substituído pelo especialista, ou perito. O guardião é caracterizado pelo papel que ocupa na ordem tradicional. Segundo Giddens, está diretamente ligado à verdade formular e ao sagrado que envolve essa tradição:

A tradição é impensável sem guardiões, porque estes têm um acesso privilegiado à verdade; a verdade não pode ser demonstrada, salvo na medida em que se manifesta nas interpretações e práticas dos guardiões. O sacerdote, ou xamã, pode reivindicar ser não mais que o porta-voz dos deuses, mas suas ações *de facto* definem o que as tradições realmente são. As tradições seculares consideram seus guardiões como aquelas pessoas relacionadas ao sagrado; os líderes políticos falam a linguagem da tradição quando reivindicam o mesmo tipo de acesso à verdade formular. (Giddens, 1997, p.100)

Importante contribuição sobre o tema é oferecida por Silva (2005). Para o autor, no contexto da modernidade, o ritual é reinventado e reformulado. Também é reinventado o guardião, que é substituído pelo especialista, o perito. A tradição é reincorporada pela modernidade e nessa dinâmica é reinventada, mantendo, assim, seu caráter de *continuidade*. Por meio dos rituais, inúmeros valores relacionados à tradição permanecem e se reproduzem no âmbito da comunidade local.

São diversas as maneiras de transmitir tradições. Durante sua história, o homem se utilizou dos gestos, da expressão corporal e do espetáculo como forma de lazer, entretenimento e comunicação. Para manterem suas tradições, os povos antigos exploravam a festa, a dança, os cantos e os rituais para transmitir, disseminar e preservar a sua cultura.

Essa maneira milenar de expressar e transmitir conhecimento foi difundida com o passar dos tempos e, hoje em dia, é amplamente explorada por povos e culturas de todo o mundo, cada qual com sua particularidade. Isso ocorre porque há muito o homem identificou nas mensagens de caráter *lúdico* uma maior abrangência, uma maneira de proporcionar maior impacto em diferentes níveis socioculturais.

Além desses elementos que são marcantes no cotidiano de cada comunidade, o aspecto familiar também deve ser levado em consideração. Ora, haveria melhor guardião para uma tradição do que um antepassado, membro da família? Sem dúvida, as informações

passadas de geração a geração por meio de narrativas apoiadas pela memória dos mais velhos, com uso ou não de artefatos que apoiam a memória, como fotografias, é o meio mais familiar e íntimo de transmitir uma tradição.

Pode-se dizer que a transmissão das tradições entre os gaúchos está determinada a partir da constituição social do grupo como um todo e pode dar-se pelo mecanismo da vida coletiva, pela herança cultural transmitida de geração em geração, num processo de formas e institucionalização específicas.

A partir das transformações vivenciadas pela sociedade contemporânea e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC), podem-se citar, além dos já mencionados, outros meios para transmitir, ensinar e preservar tradições: o jornal, o rádio, a televisão e a Internet. Esta última será objeto de um estudo mais detalhado a seguir.

Preservação e transmissão de tradições na Internet

Considerando a potencialidade apresentada pelas tecnologias informacionais e comunicacionais na atualidade, essa etapa da pesquisa pretendeu observar as formas pelas quais grupos sociais mobilizados em torno de uma vinculação étnica podem se servir do aparato da rede mundial de computadores para divulgar aspectos de sua cultura e modo de vida para a população de todo o planeta. Trata-se de grupos dedicados ao ensino, transmissão, preservação e disseminação da tradição gaúcha vinculados aos CTG.

Uma análise acerca da influência da Internet na transmissão e (re)invenção de tradições, na formação de identidades, sociabilidades e comportamentos requer uma perspectiva reflexiva baseada em teorias e conceitos capazes de abranger as variáveis da dinâmica cultural contemporânea.

Nessa dinâmica cultural, as estratégias para a realização das ações a serem empreendidas no cotidiano de cada indivíduo são im-

pulsionadas e definidas pela realidade dos sujeitos. Consequentemente, entre essas ações, encontram-se as estratégias de transmissão de um lado, e busca de informações de outro.

Por essa razão, este estudo considerou os contextos e processos social e cultural de grupos de atores na sociedade, procurando identificar como se dão as práticas relativas ao processo de disseminação da informação em *websites* da Internet.

A Web pode ser entendida e visualizada como uma rede na qual as informações em formato digital e reconfigurável estão estruturadas em *websites* hipertextuais, aqui tratados como ambientes informacionais digitais.

A Web encontra-se imersa no ciberespaço, que, conforme Lévy,

é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (Lévy, 1999, p.17)

O ciberespaço é o lugar não material ou o *locus* digital onde as pessoas acessam, recuperam, organizam, ensinam, disseminam e compartilham informação e conhecimento. Cada dia mais pessoas recorrem ao ciberespaço para o ensino, a transmissão, a disseminação e a aprendizagem, utilizando ou divulgando serviços oferecidos pela Internet que respondem às suas exigências pessoais de conhecimento sob as mais diversas formas de mídia – imagens, textos, sons, vídeos, etc. Não importa o quanto esses documentos estejam distantes dos usuários solicitantes. Basta um clique para acessar as memórias conectadas de outros computadores em qualquer ponto do planeta.

No ciberespaço é possível o encontro e o agrupamento de usuários de acordo com seus interesses, necessidades e maneiras próprias de oferecer, receber e trocar informações e documentos, constituindo grupos com características e propósitos específicos, as comunidades virtuais, que, segundo Lévy (1999), caracterizam-se

pelo agrupamento virtual de indivíduos de qualquer lugar, sexo, faixa etária, grau de instrução, condição socioeconômica, etc.

Esse agrupamento virtual tornou-se muito mais intenso e efetivo com o desenvolvimento da Web 2.0, a segunda geração de serviços *on-line*, caracterizada por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de expandir os espaços para a colaboração entre os participantes desse processo.

Para proceder a uma análise de ambientes informacionais digitais que objetivam a comunicação entre os atores de uma comunidade e a disseminação de suas tradições, deve-se primeiramente considerar a condição de complexidade que envolve toda situação informativa. De modo simplificado, toda comunicação consiste na tentativa de emissão de uma informação com um determinado conteúdo a pessoas igualmente determinadas, por meio de um instrumento devidamente escolhido para essa finalidade. Nesse sentido, se demarcada nos termos necessários a um entendimento sociológico, há que se considerar a informação como uma modalidade de *ação social*. Segundo Weber (1978, p.139), por ação social deve ser entendida toda ação “com sentido próprio, dirigida para a ação de outros”.

O sentido é o significado atribuído pelo ator à ação, e o leva a escolher os princípios, os procedimentos e a finalidade. Para Weber (1978), a ação social difere de todas as outras formas de ação exatamente por isso: porque o ator tem consciência daquilo que escolhe, e as ações podem ser classificadas conforme o grau de consciência do ator sobre o significado delas. Weber distinguiu, assim, quatro tipos *puros* ou ideais de ação: ação racional com relação a fins, ação racional com relação a valores, ação afetiva e ação tradicional. As duas últimas formas de ação encontram-se no limite da consciência, e por isso são carregadas de elementos emocionais, sobre os quais o ator não tem pleno domínio. Daí a condição de *irracionalidade* que pesa sobre elas.

Dessa forma, à luz da sociologia de Weber, a condição de complexidade aumenta ainda mais quando se tenta compreender a

complicada relação existente entre a informação e a Internet, em especial a Web, como meio escolhido pelos atores sociais e o conteúdo a ser transmitido, qual seja, aquilo que os atores referidos nomeiam como tradição gaúcha.

Isto posto, começa-se a delinear a forma específica da (re)invenção da tradição na sociedade da informática, num contexto que tem como elemento norteador a escassez do tempo e do espaço, que suprime as distâncias de comunicação entre os diversos locais do globo e estabelece uma simultaneidade de interconexões que, de acordo com Castells (1999), conta com um enorme desenvolvimento das tecnologias, em especial as da informação, gerando novos meios de comunicação e, conseqüentemente, maior importância da informação como fonte de valor.

Ainda segundo Castells (1999), esse cenário apresenta uma multiplicação de informações e imagens de todo o globo, lançadas pela mídia e pela indústria cultural ou são trocadas por indivíduos e grupos sociais, por meio dos novos meios de comunicação, como a Internet, difundindo identidades, tradições, articulações étnicas e culturais.

No contexto das tecnologias de informação e comunicação, em especial da Internet,

o conhecimento e a informação não são “imateriais” e sim desterritorializados; longe de estarem exclusivamente presos a um suporte privilegiado, eles podem viajar. Mas a informação e o conhecimento tampouco são “materiais”! A alternativa do material e do imaterial vale apenas para substâncias, coisas, ao passo que a informação e o conhecimento são da ordem do acontecimento ou do processo. (Lévy, 1996, p.56)

Para Schaff (1995), as transformações revolucionárias das últimas décadas do século passado, com suas conseqüentes modificações na produção e nos serviços, também provocaram mudanças nas relações sociais, na formação política, econômica e cultural da sociedade.

Além disso, essas transformações e a inclusão de inovações tecnológicas levaram à criação de um homem universal, tanto na sua formação global e não especializada, quanto na liberação da cultura nacional para o cidadão do mundo.

A constituição de grupos sociais virtuais, composto por integrantes que não convivem fisicamente num mesmo espaço tornou-se possível com a Internet e com a globalização. É evidente que a tecnologia da informática, que revolucionou os meios de comunicação, tem importância preponderante na constituição de relações virtuais entre as pessoas. Por causa da velocidade em que ocorre a comunicação e as várias formas em que ela pode acontecer, para se sentirem juntas, basta que as pessoas consigam compartilhar o tempo, não precisando mais se encontrar simultaneamente num mesmo espaço.

No entanto, a constituição de grupos sociais virtuais somente se viabiliza devido às aberturas culturais provocadas pela força da globalização. São diversos os estudos que apontam o impacto da globalização sobre as formas de organização social vigentes até o final do século XX, como os de Habermas (2001 e 2002) e Sousa Santos (2002).

Partindo dessas perspectivas e enfocando vários fatores, tais estudos identificam a tendência de que, no contexto da globalização, todas as sociedades venham a se tornar sociedades multiculturais, quer dizer, sociedades culturalmente abertas e heterogêneas, constituídas de maneira a possibilitar o convívio de pessoas que adotam diferentes modos de vida.

Comunidades virtuais

O espaço virtual, ou seja, o ciberespaço, a teia da Internet (Lévy, 1999), pode permitir que comunidades distantes fisicamente desenvolvam novas inteligências e propaguem conhecimentos. Ao contrário do que se pensa, esse novo espaço não reduz, e tampouco nega, a importância dos espaços analógicos que proporcionam a relação face a face. As relações digitais derivam das relações hu-

manas e, dessa forma, complementam e ampliam as possibilidades de algumas relações humanas analógicas.

Lévy (1999a) afirma que esses espaços virtuais podem possibilitar a criação de comunidades virtuais, ambientes propícios para estimular a construção de novos saberes:

As comunidades virtuais são um conjunto de pessoas que estão interligadas entre si de forma democrática a partir de um propósito previamente definido e que utilizam o ciberespaço como um dos ambientes para a troca de experiências, informações e construção de novos saberes. As comunidades virtuais são constituídas, principalmente, pelas relações de colaboração e cooperação entre os membros dos grupos que a compõem. São as relações de colaboração e cooperação que mantêm as comunidades virtuais vivas. Enquanto existirem tais relações, as comunidades sobreviverão podendo, inclusive, gerar novas comunidades. (Tajra, 2002, p.43)

Para que, de fato, as comunidades virtuais exerçam seu papel, é necessário que as relações de colaboração e cooperação sejam desenvolvidas em ambientes democráticos, respeitando a participação de todos, compartilhando valores, crenças e utilizando regras estabelecidas em comum acordo com os membros do grupo.

De acordo com Barros (1994), as atitudes colaborativas são interações ocorridas entre duas ou mais pessoas que contribuem de alguma forma para a obtenção de objetivos que, não necessariamente, sejam de interesse comum. Sendo assim, segundo Maturana (1997), o pressuposto básico para as relações dos membros de um grupo de uma comunidade virtual ocorre a partir das interações. Isso faz com que as interações sejam consideradas o alicerce para a estruturação, composição e manutenção das comunidades virtuais.

Redes sociais

Claramente, a Web 2.0 tem um aspecto tecnológico muito importante e este afeta as interações sociais que são sensíveis a certos condicionamentos trazidos por ela. De acordo com Garton, Haythornthwaite & Wellman (1997, p.75),

Quando uma rede de computadores conecta pessoas ou organizações, ela é uma rede social. Da mesma forma que uma rede de computadores é um conjunto de máquinas conectadas por cabos, uma rede social é um conjunto de pessoas (ou organizações ou outras entidades sociais) conectadas por relações sociais, como amizades, trabalho conjunto ou intercâmbio de informações.

As redes sociais refletem o mundo em movimento e referem-se a um conjunto de pessoas, organizações ou outras entidades sociais que se encontram conectadas por relacionamentos sociais e podem ser motivadas pela amizade e por relações de trabalho ou compartilhamento de informações; por meio dessas ligações, vão construindo e re-construindo a estrutura social (Molina & Aguiar, 2004).

A interação realizada a partir das redes sociais é caracterizada não apenas pelas mensagens trocadas (o conteúdo) e pelos integrantes da rede que se encontram em contextos geográfico, social, político e temporal diferentes. Essa interação é caracterizada também pelo relacionamento que existe entre os integrantes. Trata-se de uma construção coletiva, inventada pelos indivíduos que agem durante o processo, que não pode ser manipulada unilateralmente nem predefinida (Primo, 2007).

O potencial das redes de relacionamento, uma das marcas da Web 2.0, é muito grande. Essas redes possibilitam o estudo em grupo, a troca de informações, a divulgação dos mais diversos conteúdos informacionais, por meio de mecanismos para comunicação com outros usuários, tais como *blogs*, *microblogs*, *wikis*, fóruns, *chats*, *e-mails* ou mensagens instantâneas. Permite também identificar pessoas que possuem interesses comuns e assim criar uma rede de

aprendizado, de transmissão de conhecimento, divulgação de conteúdos das mais diversas áreas.

Caracterizando a Web 2.0

No início a Web procurava explorar, tanto técnica como financeiramente, todas as possibilidades oferecidas pela rede mundial. Com seu amadurecimento, a Internet avançou para uma Web de valor mais significativo para o usuário. Aproveitando recursos tecnológicos atualmente disponíveis, como a popularização da banda larga e desenvolvimento de novas tecnologias, foi possível criar aplicativos que modificaram significativamente os hábitos dos usuários, com destaque para a Web 2.0 (Valente & Mattar, 2007).

O'Reilly (2005) utilizou o termo Web 2.0 para descrever as tendências e modelos de negócios que sobreviveram à crise da Web no final dos anos 1990. De acordo com Maness (2007, p.43), todas as companhias e serviços que sobreviveram tinham certas características comuns: “eram colaborativas por natureza, interativas, dinâmicas, e a linha entre criação e consumo de conteúdos nesses ambientes era tênue (usuários criavam o conteúdo nesses *sites* tanto quanto o consumiam)”.

Web 2.0 é o termo usado para descrever a segunda geração da Web baseada em inteligência coletiva, isto é, na construção coletiva do conhecimento. Por meio da interação, comunidades criadas em torno de interesses específicos poderão apoiar uma causa, discutir temas individuais ou de relevância coletiva, levar a opinião pública à reflexão sobre qualquer assunto, ensinar e transmitir conteúdos informativos, disseminar informações culturais, entre muitas outras ações. Pessoas físicas, movimentos populares, instituições, governos, empresas, grupos culturais e acadêmicos, entre muitos outros, estão incorporando essa cultura para gerar conhecimento.

Em lugar de simplesmente visualizar as informações em páginas da Web estáticas, os usuários agora publicam conteúdo próprio nos *blogs*, *microblogs*, *wikis*. Redes sociais e *websites* que

compartilham textos escritos, fotos e vídeos, por exemplo. As pessoas estabelecem colaboração, listas de discussões e comunidades *on-line*. Além disso, é possível combinar e compartilhar informações, conteúdo e serviços de várias fontes para criar experiências e aplicativos personalizados.

Suas competências centrais são: serviços, não *softwares* empacotados; arquitetura de participação; escalabilidade de custo eficiente; fonte e transformação de dados remixáveis; *software* em mais de um dispositivo; emprega a inteligência coletiva. Suas principais características são: Web dinâmica; compartilhamento e colaboração; foco no conteúdo; pode ser utilizada qualquer mídia, desde que não seja estática; conteúdo participativo e democrático; realimentação constante de informação. A Web 2.0 usa a Web como plataforma e o próprio usuário controla seus dados.

Resumidamente, os ambientes Web devem prover um mecanismo no qual os usuários sejam mais que consumidores de conteúdo e aplicativos: deve permitir que eles criem conteúdo e interajam com vários serviços e pessoas.

Um elemento-chave do conceito da Web 2.0 é o conceito de redes sociais, comunidade, colaboração e discussão. Naturalmente, as pessoas desejam se comunicar, compartilhar e discutir. Essa comunicação é uma parte primordial do entendimento, do aprendizado e da criatividade. Na Web 2.0, a escala abrupta e o número de pessoas na Internet criam uma arquitetura participativa, na qual a interação entre as pessoas cria informações e sistemas que ficam melhores à medida que são mais usados e mais pessoas os utilizam. Como exemplos de *sites* que usam esse conceito, podemos citar: Youtube, Wikipedia, Flickr, Facebook, Delicious e Slideshare.

Ambientes informacionais digitais de tradição gaúcha

A partir das ferramentas oferecidas pela Web 2.0, o usuário pode manter todo o conteúdo informacional *on-line* de forma

pública ou privada, aumentando dessa forma a sua divulgação e compartilhamento, potencializando o processo de ensino-aprendizagem. A filosofia da Web 2.0 privilegia a facilidade na publicação e rapidez no armazenamento de textos, imagens, vídeo e arquivos de áudio, ou seja, tem como principal objetivo tornar a Web um ambiente social e acessível a todos os usuários, um espaço onde cada um determina e controla a informação de acordo com as suas necessidades e interesses.

Na busca por ambientes informacionais digitais que tratam de conteúdo relacionado à cultura gaúcha, que objetivam transmitir a tradição gaúcha a todo público que navega na Internet e que se identifica com essa cultura, foram localizados *websites* apresentados nas figuras a seguir.

As figuras 15 e 16 apresentam um *blog* de conteúdo tradicionalista gaúcho. A utilização de *blogs* para divulgar conteúdos tradicionais vem crescendo constantemente.

Um *weblog*, *blog* ou *blogue* é uma página da Web que possui ferramentas para classificar informações técnicas a seu respeito, e todas elas são divulgadas na Internet por servidores e/ou usuários comuns. Essas ferramentas comportam registros de informações relativas a um *website*, ao número de acessos, páginas visitadas, tempo gasto, de qual *website* ou página o visitante veio e uma série de outras informações.

De acordo com Valente & Mattar (2007), a palavra *blog* deriva da expressão *Weblog*, ou seja, é um diário de bordo na rede. Nele, podem ser divulgadas informações pessoais, propor questões, publicar trabalhos acadêmicos, registrar *links* e comentários para outras fontes da Web e muitas outras coisas. Segundo esses autores, alguns serviços que possibilitam a produção e publicação de um *blog* são: *Wordpress*, *Blogger*, *Bloglines* e *Tumblr*.

A facilidade de criação e publicação, possibilidade de construção coletiva e o potencial de interação tornam o *blog* uma ferramenta de destaque para o ensino das tradições gaúchas. Nesse caso, em especial, o Movimento Tradicionalista Gaúcho da 21ª Região Tradicionalista divulga notícias sobre os eventos que a entidade



Figura 15 – Blog do Movimento Tradicionalista Gaúcho, MTG, da 21ª Região Tradicionalista

Fonte: <<http://www.mtgrs.blogspot.com/>>. Acesso em 9 /8/2009.

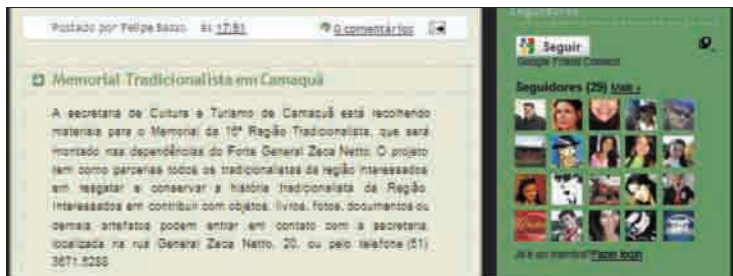


Figura 16 – Seguidores do blog do Movimento Tradicionalista Gaúcho, MTG, da 21ª Região Tradicionalista

Fonte: <<http://www.mtgrs.blogspot.com/>>. Acesso em 9/8/2009.

organiza e também abre espaço para que os usuários postem seus comentários sobre temas relacionados à cultura gaúcha; nesse ambiente, o usuário tem um papel mais ativo.

Outra ferramenta Web 2.0 que auxilia na transmissão de conteúdos tradicionalistas a ser mencionada é o RSS, *Really Simple Syndication*, que é um subconjunto de dialetos XML que serve para agregar conteúdo ou *Web Syndication*, podendo ser acessado mediante programas/*sites* agregadores. É usado principalmente em *websites* de notícias e *blogs*, mas vem sendo crescentemente utilizado em ambientes acadêmicos, como repositórios institucionais, bibliotecas e periódicos eletrônicos.

O RSS é uma maneira de publicar conteúdo para que outros o consumam. *Websites* de notícias e outros em geral utilizam esse conceito, expondo seu conteúdo para ser consumido por outros *websites* na Internet. O formato RSS especifica o conteúdo XML de um noticiário em RSS, também conhecido como *RSS Feed* ou *Web Feed* (Passarin & Brito, 2005).

Leitores de RSS permitem que o usuário selecione as fontes de notícias que desejam ler e passem então a recebê-las automaticamente. Na busca por ambientes informacionais digitais que utilizam ferramentas da Web 2.0 para compartilhar e ensinar conteúdo relacionado à cultura gaúcha foi localizado um *website* que apresenta RSS relacionado ao tradicionalismo gaúcho, conforme demonstrado na Figura 17.

No contexto da Web 2.0, outra ferramenta que pode ser utilizada para ensinar e compartilhar aspectos da cultura gaúcha é o Twitter. O Twitter é um *site* que contempla rede social e *microblog*, uma versão mais simples do *blog*, adaptada para o uso a partir de dispositivos móveis com acesso à Internet.

Por ser utilizado como uma plataforma de compartilhamento e divulgação de *links* interessantes para músicas, vídeos, fotos, notícias, postagens em *blogs*, entre outros conteúdos informacionais, o Twitter se aproxima da ideia de RSS. A comunicação entre os usuários é realizada por meio de mecanismos de interação instan-

Twitter da Rádio Gaúchinha, que divulga notícias sobre músicas típicas gaúchas.

Os recursos oferecidos pela Web 2.0 também permitem a busca e o compartilhamento de informações por meio do Delicious.

O Delicious é uma ferramenta de busca que pode ser usada para compartilhar *bookmarks* com outros usuários e visualizar os favoritos públicos de vários membros da comunidade. O Delicious registra os *links* que o usuário deseja e é possível também compartilhar, com comentários, as suas escolhas, avaliar quantos outros usuários escolheram os mesmos *links* ou os pesquisaram, por *tags* ou palavras-chave que outras pessoas escolheram; além disso, serve para acompanhar *websites* que têm conteúdo e *links* dinâmicos e para pesquisas sobre qualquer assunto, como observado na Figura 19, que apresenta *bookmarks* relacionados à cultura gaúcha.

Além de ser uma ferramenta de busca para encontrar o que se precisa na Web, é também uma ferramenta para arquivar e catalogar os *sites* preferidos para que o usuário possa acessá-los de qualquer lugar (Valente & Mattar, 2007).

Outro exemplo de rede social é o Orkut, um serviço, uma espécie de conjunto de perfis de pessoas e suas comunidades. Nele é possível cadastrar-se e colocar fotos, descrever preferências pessoais, listar amigos e formar comunidades. Os indivíduos são apresentados como perfis e podem-se identificar suas conexões diretas (amigos) e indiretas (amigos dos amigos), bem como as organizações sob a forma de comunidades. O Orkut permite a utilização de ferramentas de interação variadas, tais como sistemas de fóruns para comunidades, envio de mensagens para cada perfil, envio de mensagens para comunidades, entre outras ações.

As comunidades do Orkut são fóruns modificados, com estrutura planejada para facilitar o uso. Dessa maneira, qualquer pessoa pode aprender a trabalhar com os recursos de uma comunidade com relativa facilidade. Com um *design* aperfeiçoado, as comunidades superam o uso dos fóruns mais tradicionais e, por essa razão, são constantemente utilizadas para compartilhar conteúdos das

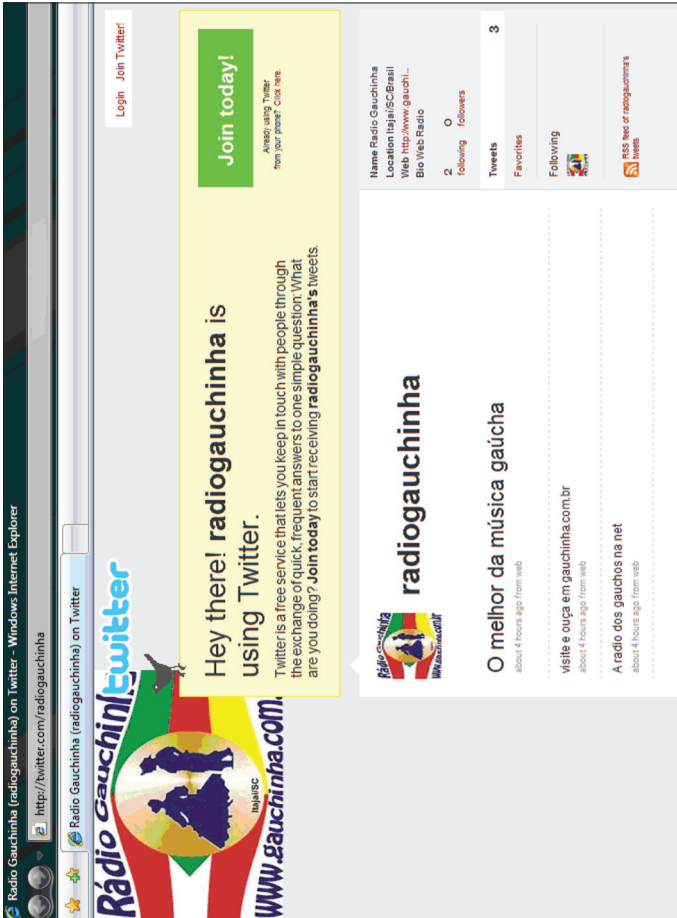


Figura 18 – Twitter da Rádio Gauchinha
 Fonte: <http://twitter.com/radiogauchinha>. Acesso em 9/8/2009.

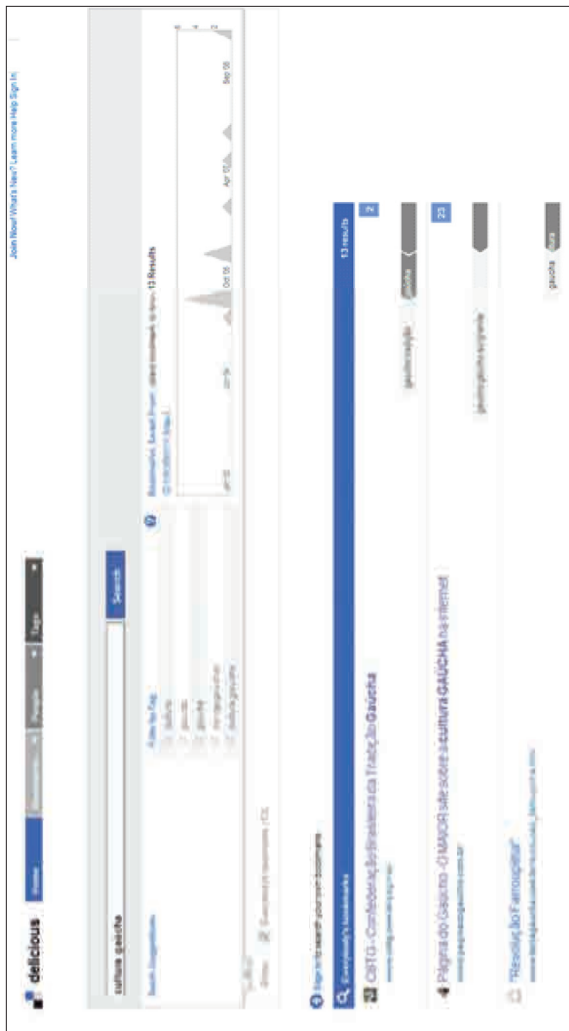


Figura 19 – Bookmarks sobre cultura gaúcha disponíveis no Delicious

mais variadas origens, como os educacionais, culturais, filosóficos e, como mostra a Figura 20, conteúdos tradicionalistas.

A proposta da Comunidade CTG é reunir todos os que participam ou já tiveram alguma ligação com o CTG. Essa comunidade reúne atualmente 17.887 membros que se identificam com a proposta do CTG. A partir dessa comunidade, um membro pode encontrar outras pessoas e comunidades com o mesmo foco de interesse, aumentando sua rede de contatos, bem como as possibilidades de acessar conteúdos tradicionalistas na Internet.

O convite exibido na descrição da comunidade é: “*Se aproxigue e não se acanhe. Divulgue seu CTG aqui, Invernadas Artísticas e ajude a cultura a perpetuar pelos 4 cantos deste mundo*”. Isso

The image shows a screenshot of the Orkut website for the community 'CTG'. The page layout includes a header with the Orkut logo and navigation links. The main content area is divided into several sections:

- CTG (17.887 membros)**: A sidebar on the left with navigation options like 'participar', 'remover', 'idm', 'estatísticas', 'eventos', and 'membros'.
- Descrição**: A central text block containing the community's purpose: 'Centro de Tradições Gaúchas - Comunidade da índia que quer ver a cultura gaúcha perpetuando pelo tempo. Se aproxigue e não se acanhe. Divulgue seu CTG aqui. Invernadas Artísticas e ajude a cultura a perpetuar pelos 4 cantos deste mundo.' Below this is a notice: 'ATENÇÃO' and a request for members to respect the rules.
- Idioma**: Portuguese (Brasil)
- categoria**: Cultura e Comunidade
- língua**: Português
- tipo**: moderada
- privacidade do conteúdo**: aberta para não-membros
- local**: Brasil
- criado em**: 9 de maio de 2004
- membros**: 17.887

At the bottom of the main content area, there is a table of recent topics:

tópico	postagens	última postagem
<input type="checkbox"/> VCS DE Q CIDADE É QUAL ENTIDADE TRADICIONALISTA?	614	08/08/09
<input type="checkbox"/> Nv eh em Nave Membro?? Apresente-se!	330	08/08/09
<input type="checkbox"/> 14º Regto Tradicionalista. De qual região vc é?	28	08/08/09

On the right side of the page, there are sections for 'membros (17887)' showing a grid of member profile pictures, and 'comunidades relacionadas' showing a grid of related community icons and names.

Figura 20 – Página do Orkut da comunidade CTG

Fonte: <<http://www.Orkut.com.br/Main#Community.aspx?cmm=56366>>. Acesso em 9/8/2009.

indica que os desenvolvedores da comunidade acreditam que esse ambiente favorece a integração dos membros, a divulgação e compartilhamento dos conteúdos relacionados ao CTG. Destaque para o campo Fórum disponível nessa página, proporcionando a interação entre os membros da comunidade.

Outra ferramenta que inova no contexto da disseminação dos mais diversos tipos de conteúdos informacionais é o Second Life. Segundo Valente & Mattar (2007),

O *Second Life* pode receber várias denominações: realidade virtual, mundo cibernético ou ambiente virtual, dentre outras. Isso representa um conjunto de tecnologias que, quando combinadas, fornecem uma interface para o mundo tridimensional gerado por computador, de tal forma que o usuário acredita estar realmente nesse mundo, e intuitivamente, passa a interagir com esse ambiente imersivo e dinâmico. (Valente & Mattar, 2007, p.155)

O Second Life oferece um conjunto de ferramentas que possibilitam fazer coisas que não seriam possíveis no mundo real. O residente responsável por determinado ambiente em uma ilha no Second Life pode compartilhar informações em ambientes que simulam a realidade. Os usuários interagem entre si e realizam atividades disponíveis no ambiente em questão: fazem compras, ouvem música, dançam, participam de negócios, reuniões e festividades.

Os tradicionalistas já estão adotando essa ferramenta para divulgar, disseminar e preservar a cultura e a tradição gaúchas. Em 2007, foi fundado o primeiro CTG virtual no Second Life, o Centro de Tradições Gaúchas Estância Celeste Brasil, criado por iniciativa do jornalista Clediney Silva.

O CTG Estância Celeste Brasil faz parte da Ilha Brasil Porto Alegre no Second Life. De acordo com Clediney Silva,² há um trá-

2. Em reportagem ao CTG Brasil, disponível em <<http://www.ctgbrasil.com/historia.htm>>. Acesso em 6/9/2009.

fego diário médio de 5 mil pessoas, informação que pode ser consultada diretamente no local por qualquer interessado. A área total do CTG é de 3.500 s.q.m. (metros quadrados simulados), ocupando um quarteirão ao lado da Usina do Gasômetro. Além do patrão Bloguinho Bourgoïn, avatar do jornalista Clediney Silva, a entidade é comandada por dois capatazes, Thomas Taov e Toninho Barzane.

O CTG possui dois locais de baile, um galpão aberto e um salão fechado, além de fogo de chão com churrasco e arena de rodeio. No porão do salão fechado estão o escritório da patronagem, os estúdios da Rádio CTG Brasil e uma exposição de quadros com notícias publicadas pela imprensa nacional. Outro importante apoio à cultura gaúcha é dado pela loja Xergão, grife criada por Clediney Silva, que oferece pilchas completas e vestidos de prenda confeccionados pela estilista CherNo Boram, além de camisetas do CTG Estância Celeste Brasil.

Na Figura 21 podem-se observar o capataz Thomas Taov e o patrão Bloguinho Bourgoïn fincando a bandeira do Rio Grande do Sul nas terras da Ilha Porto Alegre Brasil no Second Life.

As Figuras 22 a 25 demonstram que o ambiente desenvolvido no Second Life pretende se assemelhar a um CTG real: sua estrutura em forma de galpão, a fogueira aquecendo a água para o chimarrão, a bandeira do Rio Grande do Sul estampada nas paredes, o palco onde grupos musicais tradicionalistas se apresentam, o baile e a presença do capataz Toninho Barzane.

Nesse CTG Virtual ocorre a divulgação e compartilhamento da tradição gaúcha por meio da interação dos usuários: o indivíduo cria um personagem (avatar) e visita ambientes produzidos por outros usuários, podendo, assim, conviver com pessoas de qualquer parte do mundo. Dessa forma, as expressões da cultura gaúcha são divulgadas aos mais diversos pontos do planeta.

Cumprido apresentar agora os *websites* das entidades relacionadas ao Movimento Tradicionalista gaúcho: CBTG, MTG e IGTF.

O *website* da CBTG contém, além das informações administrativas e estruturais de funcionamento, informações que atendem aos



Figura 21 – Bandeira do RS fincada nas terras da Ilha Brasil Porto Alegre no Second Life
Fonte: <<http://www.ctgbrasil.com/historia.htm>>. Acesso em 6/9/2009.



Figura 22 – Avatar observando o palco do CGT Virtual Estância Celeste Brasil

Fonte: Second Life.



Figura 23 – Avatares conversando com o capataz Toninho Barzane

Fonte: Second Life



Figura 24 – Espaço para celebrar a tradição gaúcha

Fonte: <<http://www.ctgbrasil.com/historia.htm>>. Acesso em 6/9/2009.



Figura 25 – Baile no CTG virtual

Fonte: <<http://www.ctgbrasil.com/historia.htm>>. Acesso em 6/9/2009.

objetivos da Confederação, concernentes à divulgação das políticas e diretrizes de atuação do Sistema Confederativo do Movimento Tradicionalista Gaúcho, dos eventos nacionais para valorização da cultura, das tradições e do folclore gaúchos, dos elementos para autenticidade e preservação das tradições gaúchas, bem como das expressões do Movimento Tradicionalista Gaúcho e do Centro de Tradições Gaúchas.

Objetivando a preservação, o resgate e o desenvolvimento da cultura gaúcha, o *website* do MTG contempla informações sobre o Movimento Tradicionalista Gaúcho e sua estrutura administrativa, funcional e de congregação dos Centros de Tradições Gaúchas e entidades afins, objetivando preservar o núcleo da formação gaúcha, cuja filosofia decorre da Carta de Princípios do MTG. Divulga, ainda, informações sobre a história do Rio Grande do Sul, destacando as bandeiras, o hino, o brasão das armas, as missões jesuítas, as imigrações e as revoluções; além disso, apresenta textos relacionados ao tradicionalismo, editoriais, notícias, artigos, poe-



Figura 26 – Website da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha

Fonte: <<http://www.cbtg.com.br>>. Acesso em 6/9/2009.



Figura 27 – Website do Movimento Tradicionalista Gaúcho

Fonte: <<http://www.mtg.org.br>>. Acesso em 6/9/2009.

sias, prosas, causos e um *blog* de comunicação entre os atores. Mostra também a Fundação Cultural Gaúcha, que fornece respaldo ao MTG com relação às atividades ligadas ao tradicionalismo, à cultura e artes nativas.

O *website* do IGTF traz notícias relacionadas à cultura e tradição gaúchas e apresenta *links* sobre elementos culturais como culinária, dança, festas, folclore, história, indumentária, música e poesia. Esses elementos fazem parte da cultura gaúcha e são representativos no imaginário do povo gaúcho. Com o uso do *website*, o IGTF cumpre seu papel de ensinar as tradições gaúchas a todo o público nacional e internacional por meio da Internet.



Figura 28 – Website do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore

Fonte: <<http://www.igtfrs.gov.br/>>. Acesso em 6/9/2009

A contribuição da Internet

A infraestrutura de conectividade da Internet é um aparato tecnológico que permite a comunicação de atores no processo de disseminação de elementos da tradição, objetivando manter vivo aquilo que se apresenta como origem do povo gaúcho em seus aspectos culturais e históricos.

Sem entrar na análise dos conteúdos informacionais apresentados sob a forma de elementos da tradição gaúcha, é preciso reconhecer que, de qualquer forma, ao navegar em ambientes informacionais digitais, o usuário tem contato com inúmeras informações e documentos que possibilitam a construção de conhecimento sobre aspectos da tradição gaúcha ali apresentada.

Pelas características próprias do meio utilizado, o *website*, mesmo que tenha sido produzido segundo um planejamento ra-

cional por aqueles que selecionam as informações e as apresentam como elementos da *tradição*, a construção do conhecimento específico está relacionada à vontade do usuário, segundo suas próprias intenções, interesses, necessidades ou racionalidade.

Diante disso, pode-se afirmar que o ato de buscar informação em ambientes informacionais digitais que disseminam os elementos da tradição gaúcha pode ser entendido como um exercício de reconstrução subjetiva do conhecimento. Então, pode-se dizer que, no caso das tradições divulgadas via Internet, elas são duplamente (re)inventadas: estão submetidas às perspectivas de quem seleciona, organiza e dissemina os conteúdos tradicionais e à lógica reconstrutiva daqueles que buscam tais informações.

Além disso, o fato de as tradições gaúchas estarem sendo disseminadas por esses grupos por meio da Internet demonstra que a tradição está sendo (re)inventada e racionalizada, uma vez que agora a tradição não é encontrada apenas no espaço físico e temporal real, mas também no espaço virtual, no qual basta que se compartilhe o mesmo endereço na Web. A tradição é vivenciada digital e virtualmente por meio do computador e não por meio do contato visual, gestual, auditivo ou físico real.

A tradição está sendo racionalizada para atingir os objetivos dos tradicionalistas de manter o vínculo identitário do grupo, preservar e transmitir as tradições, uma vez que os elementos da tradição gaúcha podem ser acessados e ser oferecidos de qualquer lugar do mundo por todos aqueles que se consideram tradicionalistas. Mas não só por eles. Quando a tradição vai para a Internet, ela está ao alcance de todo e qualquer indivíduo, independente da sua cultura ou vinculação étnica.

Neste livro, pode-se observar que, a despeito do inegável potencial apresentado pela World Wide Web, os *websites* da CBTG, do MTG e do IGTF não utilizam em sua totalidade os recursos disponíveis no meio digital, que contribuiriam para a disseminação de informações de forma mais efetiva e afetiva com imagens em movimento e sons, que facilitariam o entendimento dos aspectos disseminados da cultura.

São muitas as possibilidades de pertencimento nas comunidades virtuais constituídas a partir de inúmeras temáticas, as quais passam a ser ferramentas identitárias dos indivíduos vinculados a elas. Essas comunidades reforçam vários movimentos culturais e, no caso da cultura e tradição gaúchas, que em geral são marcadamente difundidas nos CTG, vêm ganhando território e seguidores por meio de comunidades na Internet criadas para sua disseminação. Essas comunidades virtuais criadas com o propósito de preservar a cultura e a tradição são reflexos da modernização reflexiva que leva a racionalização das tradições também em ambiente digital.

As comunidades virtuais constituídas em torno da cultura e tradição gaúchas são um sinal de que presenciamos um momento de modernidade tardia no Brasil, representado pela racionalização e reflexividade das relações, ações e tradições. Aquilo que tradicionalmente era transmitido por meio oral, através de relatos entre pais e filhos, entre os diversos membros da comunidade, a partir da vivência coletiva das práticas tradicionalistas no CTG, por exemplo, com o apoio de recursos como a fotografia, a música, a dança, a gastronomia, entre outros, agora é transmitido e disseminado utilizando-se redes sociais e comunidades virtuais na Internet. Pertencem a essas redes e comunidades pessoas que possuem um vínculo identitário com a mensagem transmitida pelos responsáveis pelo *website*; acessam esse *website* todos aqueles que, pertencendo ou não a tais redes ou comunidades, se identificam com o conteúdo ou procuram algo sobre tal conteúdo, de acordo com a sua própria subjetividade.

As tecnologias da Web estão redesenhando e redefinindo a disseminação de conteúdos culturais, criando novas e interessantes oportunidades de transmissão, mais personalizadas, sociais e flexíveis, com um caráter de compartilhamento de informações. Essas novas tecnologias privilegiam o aspecto *lúdico* desses ambientes informacionais digitais.

Nesse sentido, na Web 2.0, o usuário não é mais pensado apenas como um agente passivo, mas ao mesmo tempo e, principalmente, como produtor e desenvolvedor de conteúdo. A Web 2.0

facilitou em grande escala a criação de todo tipo de conteúdo e isso proporciona ao usuário atuar como leitor, autor e produtor de conteúdo informacional, inclusive como editor e colaborador.

Abordaram-se neste estudo várias experiências que indicam que o terreno virtual é fértil e pode transformar e revolucionar o campo das tradições, sua preservação, disseminação e (re)invenção. No contexto de modernidade tardia, esse recurso não pode ser descartado. Independente de a análise se situar no campo econômico, político ou cultural, entre tantos outros, o fato é que a Internet se constitui num meio eficaz e abrangente de transmitir, ensinar e preservar conteúdos de todos os tipos.

Utilizando recursos da Web 2.0, os *websites* podem ser mais colaborativos com relação à participação dos usuários, permitindo que estes sejam parceiros do CTG na produção, transmissão e disseminação dos conteúdos informacionais de qualquer área temática, como observado no caso da tradição e da cultura gaúchas, a partir de ferramentas que permitem a atuação efetiva na construção de espaços informacionais.

CONCLUSÃO

A modernidade tardia ou reflexiva é um processo de mudanças ininterruptas que afetam as bases da sociedade ocidental. Diante de uma realidade em constante alteração faz-se necessário escolher entre uma certeza do passado e uma nova realidade, em constante mutação. O caráter reflexivo da modernidade está nesse processo de escolha entre as certezas herdadas do passado e as novas formas sociais que conduz à reflexão ou mesmo à reformulação das práticas sociais, provocando a racionalização e a (re)invenção de diversos aspectos da vida em sociedade.

A tradição passa por esse processo de racionalização. Isso significa dizer que os conceitos e categorias relacionados à tradição são produzidos pelos atores sociais com o objetivo de atender as expectativas de suas próprias ações e a necessidade de relações significativas em suas vidas. No caso específico das tradições gaúchas, a racionalização das tradições pode ser observada na maneira como os CTG utilizam a tradição, (re)inventando-a, como mecanismo de defesa diante de outras culturas no Brasil e no mundo.

Ao longo dos capítulos, tentou-se demonstrar que o CTG é um espaço de sociabilidade que permite que se compreendam as tradições como manifestação daquilo que os *tradicionalistas* entendem como *tradição e cultura gaúchas*, aspectos que, segundo eles, são os

mais representativos de uma cultura e, portanto, devem ser destacados como tradição. As relações inerentes ao convívio no CTG e a maneira como as tradições gaúchas são manipuladas nas mais variadas instâncias desse convívio permitem que se possam compreender características do processo de modernidade tardia presente no Brasil a partir do entendimento da racionalização dessas tradições e da reflexividade presente nessas relações.

Como observado, os símbolos que são cultuados e as práticas realizadas no exercício do tradicionalismo gaúcho foram inventados na década de 1940 e são tidos como pertencentes a um passado distante que remete a tempos gloriosos da história dos homens do Rio Grande do Sul. Essa invenção pode ter sido uma tentativa de reação às transformações da sociedade e à influência de outras culturas que penetraram na sociedade sul-rio-grandense. A cultura gaúcha divulgada e reproduzida nos CTG seria, assim, uma interpretação racionalizada – sobre uma cultura dita como original – com propósito de autopreservação.

Não se questionou neste livro se os valores apresentados são os *verdadeiros* no que se refere a uma cultura gaúcha *original*, mas qual a relação que os gaúchos tradicionalistas têm com esses valores apresentados como tradição gaúcha para poder compreender essa tradição racionalizada no contexto da modernidade tardia. O que se tem aqui é que a (re)invenção das tradições gaúchas, possível nesse cenário de modernidade tardia, é um elemento importante na construção da memória coletiva, e as práticas tradicionalistas de repetição dos costumes do *passado* estabelecem um sentimento de identidade social em todos aqueles que se organizam em torno dos CTG.

A representação criada pelos primeiros tradicionalistas de um CTG como espaço campeiro, a busca da reprodução das características do campo, a união dos membros em torno de um fogo de chão para se confraternizar, tomar chimarrão, contar causos, por exemplo, teria por objetivo proporcionar a construção de uma sociabilidade e um sentido de coletividade entre os mesmos, algo que

pudesse diferenciá-los dos demais e que fosse elemento de defesa diante dos *outros*.

Compreende-se, entretanto, que os CTG não representam fielmente a forma como os gaúchos viviam no passado. Na verdade, o CTG é o resultado de uma seleção material e simbólica que não tem o objetivo de resgatar o passado, mas organizar a produção de *uma memória* sobre os gaúchos a partir de um conjunto de símbolos e mitos que podem servir como referência para o futuro, preservando uma determinada conceituação de cultura gaúcha e defendendo-a das demais culturas.

No contexto da modernização reflexiva, as tradições são racionalizadas e (re)inventadas e os símbolos, as suposições, as práticas, os preconceitos, as normas, as crenças e padrões de comportamento são (ditos) trazidos do passado, e atuam como materiais simbólicos necessários para a autoformação da identidade individual e coletiva. A tradição molda o sentido que cada indivíduo tem de si e de pertencer a um grupo social. Evidentemente, à medida que os indivíduos ingressam nos CTG e conhecem os espaços construídos pela coletividade e pelas interações sociais vivenciadas por seus membros, passam a habituar-se a seus códigos e a sua sociabilidade.

A (re)invenção das tradições é outro indício do processo de racionalização das tradições na modernidade tardia. É possível criar, inventar, reinventar tradições e conferir-lhes a aparência de repetição. Sendo assim, símbolos, mitos de origem, percursos históricos, identidades, entre muitos outros elementos, podem ser criados e recordados, interpretados em permanência, atribuindo um caráter de continuidade, segurança e estabilidade à tradição. O CTG é o lugar criado e organizado para preservar e transmitir o que foi selecionado como *tradições gaúchas*. O convívio no CTG requer que modos de agir e pensar sejam normatizados pelo conjunto de regras e valores que estabelecem o que é *correto* como conduta social e comportamento dos tradicionalistas. Criou-se, nesse ambiente, uma identidade entre todos aqueles que se afirmam gaúchos tradicionalistas.

As tradições (re)inventadas baseiam-se na referência a um passado histórico e caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade *artificial*, na medida em que são reações a situações novas impostas à sociedade. Assumem a forma de referência a situações anteriores por meio da repetição quase obrigatória de práticas, símbolos, crenças, entre outros elementos. Podem-se estabelecer três etapas do processo de invenção das tradições gaúchas: a revolta contra culturas diferentes que adentravam a sociedade porto-alegrense na década de 1940; a elaboração de novas tradições como mecanismo de defesa contra essas *outras* culturas; a adoção dessas tradições pelas demais regiões do Rio Grande do Sul por meio de sua divulgação nos CTG com posterior disseminação pelo Brasil e pelo mundo.

O Movimento Tradicionalista inventou estratégias de preservação e defesa da cultura gaúcha verificadas, por exemplo, no aspecto *lúdico* que as tradições gaúchas assumem nos CTG e nos Enart, e também no uso da Internet para transmitir, disseminar e preservar essas tradições, o que indica o processo de racionalização das tradições.

Na modernidade tardia, o *lúdico* é uma maneira de vivenciar a tradição mantendo seu caráter de integridade, fortalecendo as práticas e símbolos da cultura gaúcha, criando uma condição de receptividade, e age como um mecanismo de afirmação defensiva da cultura gaúcha diante das demais culturas, na medida em que atrai participantes para as mais diversas atividades e oferece a esses participantes um ambiente onde a tradição é vivenciada de forma harmônica e espontânea, sem a pretensão de regramento das condutas sociais daqueles que a vivenciam no CTG. É um processo de racionalização da tradição gaúcha que permite que os laços que unem pessoas ao Movimento Tradicionalista sejam reforçados levando essas pessoas a se identificar como tradicionalistas. Isso assegura o sucesso do Movimento Tradicionalista gaúcho.

É possível compreender que, quando a tradição é transmitida, disseminada e preservada na Internet, ela passa a estar ao alcance

de todo e qualquer indivíduo, independente da sua cultura ou vinculação étnica. Esse é um processo de racionalização e permite que qualquer um entre em contato com a tradição gaúcha e não há controle de quem vai acessar o conteúdo tradicionalista. Com o desenvolvimento das ferramentas da Web 2.0, o indivíduo não é apenas um leitor, ele é um construtor do conhecimento. Nesse sentido, a tradição é constantemente (re)inventada e é experimentada de novas maneiras, não se podendo excluir ninguém desse processo. Todos os que compartilham essas informações na Internet são sujeitos ativos do processo de racionalização das tradições. A (re)invenção das tradições e a sua transmissão na Internet são exemplos e sinalizam que vivenciamos no Brasil um contexto de modernidade tardia. Essa afirmação é possível a partir da compreensão daquilo que Giddens considera como característica da modernidade tardia, seu dinamismo, que tem como uma de suas fontes dominantes a separação entre tempo e espaço e o desenvolvimento de mecanismos de desençaixe, como os sistemas peritos.

A separação entre tempo e espaço pode ser observada na constituição de comunidades virtuais compostas por integrantes que não convivem fisicamente num mesmo espaço, possível com a Internet. Por causa da velocidade em que ocorre a comunicação e as várias formas em que ela pode ocorrer, para se sentirem juntas e vinculadas a um determinado grupo cultural basta que as pessoas consigam compartilhar o tempo, não precisando mais se encontrar simultaneamente num mesmo espaço físico. A separação entre tempo e espaço não interfere na vinculação identitária.

Os mecanismos de desençaixe da modernidade tardia deslocam as relações sociais de seus contextos originais de interação e reestruturam essas relações em outras situações, que independem do tempo e do espaço. Todo grupo tem como elemento fundamental o sentimento de pertencimento. Esse mecanismo de desençaixe da localização geográfica e temporal permite que os sujeitos vivenciem experiências em grupo, se identificando e pertencendo ao grupo, independente de estarem vivendo ou não próximos uns dos

outros. Isso não significa que as relações de proximidade sejam substituídas pelas relações à distância. O que ocorre em verdade é que os sujeitos passam a vivenciar os dois tipos de relação.

No que concerne ao tradicionalismo gaúcho, pode-se encarar o Second Life como um sistema perito, um mecanismo de desencaixe que desloca as relações sociais do seu contexto originário (mundo físico) e permite que elas sejam vivenciadas noutro contexto (mundo virtual no Second Life). Como observado no CTG Virtual Estância Celeste Brasil, esse ambiente virtual caracteriza-se como um cenário que representa um CTG real, permite que as pessoas vivenciem virtualmente relações interpessoais e atividades praticadas num CTG. Nesse ambiente virtual, a tradição gaúcha pode ser cultuada por todos os avatares (representação virtual do indivíduo) que se identificam com a cultura gaúcha e visitam a ilha do CTG virtual.

Configura-se, assim, a racionalização das tradições no contexto da modernidade tardia. A partir do exemplo da tradição gaúcha e de suas expressões criadas e (re)inventadas pelo Movimento Tradicionalista, vivenciadas principalmente nos CTG, procurou-se discurrir sobre elementos que pudessem permitir a compreensão das partes integrantes do processo de racionalização e reflexividade inerentes da modernidade tardia em curso na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, T. *Gaúchos: a fisionomia social do Rio Grande do Sul*. Salvador: Progresso, 1958.
- BANDEIRA, M. *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil: as relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949-1994)*. São Paulo: Ensaio, 1995.
- BARROS, L. A. *Suporte a ambientes distribuídos para aprendizagem cooperativa*. 1994. Tese (doutorado) – COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: _____, GIDDENS, A., LASH, S. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- CAILLOIS, R. *Los juegos y los hombres: la máscara y el vértigo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COHEN, A. *Custom and politics in Urban Africa*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1969.
- _____. *Urban ethnicity*. Londres: Tavistock, 1974.

- DACANAL, J. H. *Rio Grande do Sul: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- DIAS, R. C. P. Modernidade e identidade. Resenha. In: *Psicologia & Sociedade*, 17, n.3, p.80-1, set.-dez. 2005.
- DUTRA, C. P. *A prenda no imaginário tradicionalista*. 2002. 135 f. Porto Alegre, 2002. Dissertação (mestrado acadêmico em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História.
- ELIAS, N., SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ERIKSEN, T. H. The cultural context of ethnic differences. *Man*, v.26, n.1, p.127-44, 1991.
- GARTON, L., HAYTHORNTHWAITE, C., WELLMAN, B. Studying online social networks. *Journal of Computer Mediated Communication*, v.3, n.1 (1997). Disponível em <<http://www.ascusc.org/jcmc/vol3/issue1/garton.html>>. Acesso em: 12/4/2009.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- _____. Risco, confiança e reflexividade. In: BECK, U., GIDDENS, A., LASH, S. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- _____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GLAZER, N., MOYNIHAN, D. P. *Ethnicity, theory and experience*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.
- GORDON, M. *Assimilation in american life*. Nova York: Oxford University Press, 1964.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Madri: Taurus, 1987.
- _____. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- _____. Modernidade – um projeto inacabado. In: ARANTES, O., ARANTES, P. *Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas*. São Paulo: Brasiliense. 1992.

- HABERMAS, J. O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização. *Novos Estudos (São Paulo)*, n.43, nov. 1995.
- _____. *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Littera Mundi, 2001.
- _____. *A inclusão do outro*. São Paulo: Loyola, 2002.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBSBAWM, E. *A Era das Revoluções*. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____, RANGER, T. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HUIZINGA, J. *Homo ludens*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- JACKS, N. *Mídia nativa: indústria cultural e cultura regional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- _____. *Querência: cultura regional como mediação simbólica – um estudo de recepção*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- LAPIERRE, J. W. Prefácio. In: POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- LARA, L. M., PIMENTEL, G. G. de A. Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem, de Roger Caillois. Resenha. *Rev. Bras. Cienc. Esporte (Campinas)*, v.27, n.2, p.179-85, jan. 2006.
- LESSA, L. C. B. O sentido e o valor do tradicionalismo. In: *Coletânea da legislação tradicionalista*. Porto Alegre: Movimento Tradicionalista Gaúcho, 1999.
- LÉVY, P. *O que é virtual?* São Paulo: Ed. 34, 1996.
- _____. *Cibercultura?* São Paulo: Ed. 34, 1999.
- _____. *A inteligência coletiva*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1999a.
- LOVE, J. L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MACIEL, M. E. Apontamentos sobre a figura do gaúcho brasileiro. In: BERND, Z. *Olhares cruzados*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p.76-95.
- _____. Tradição e tradicionalismo no Rio Grande do Sul. In: *Revista Humanas (Porto Alegre)*, v.22, n.1-2, p.127-44, 1999.
- MAESTRI, M. *Farroupilha: movimento das elites pastoris sulinas*. Porto Alegre: Editora da UPF, 2001.

- MAFFESOLI, M. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.
- _____. *O tempo das tribos*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- MANESS, J. M. Teoria da biblioteca 2.0: Web 2.0 e suas implicações para as bibliotecas. *Inf. & Soc.: Est. (João Pessoa)*, v.17, n.1, p.43-51, jan.-abr. 2007.
- MARTINS, M. F. *O homem lúdico*. 2003. Disponível em <http://www.ipa-br.org.br/textps/O_homem_ludico.htm>. Acesso em 9/6/2009.
- MATURANA, H. R. *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1997.
- MEDINA, S. *Saga: retrato das colônias alemãs no Brasil*. São Paulo: Terra Virgem, 1997.
- MOLINA, J. L., AGUILAR, C. Redes sociales y antropología: un estudio de caso (redes personales y discursos étnicos entre jóvenes en Sarajevo). In: LARREA KILLINGER, C., ESTRADA, F. *Antropología en un mundo en transformación*. Barcelona: Universidad de Barcelona, Servicio de Información, 2004.
- MOREIRA, M. E. *Narradores do Partenon literário*. Primeiros Textos. v.3. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2002.
- MOURA, G. *Tio Sam chega ao Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- O'REILLY, T. *O que é Web 2.0: padrões de design e modelos de negócios para a nova geração de software*. 2005. Disponível em <<http://www.cipedia.com/doc/102010>>. Acesso em 5/5/2008.
- OLIVEN, R. G. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- _____. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- PASSARIN, D., BRITO, P. F. de. RSS no desenvolvimento de uma Central de Notícias. In: *VII Encontro de Estudantes de Informática do Estado do Tocantins*. 2005, Anais. Palmas, TO. Disponível em <<http://www.ulbra-to.br/ensino/43020/artigos/anais2005/anais/RSS.pdf>>. Acesso em 30/5/2008.
- POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- PRIMO, A. *Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

- PUJADAS, J. J. *Etnicidad: identidad cultural de los pueblos*. Madrid: Eudema, 1993.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- RODRIGUES, G. K. M. R. *Culturas regionais no Brasil: um estudo sobre as percepções mútuas de gaúchos e baianos no ambiente de trabalho*. Salvador, 2008, 175 f. Dissertação (mestrado acadêmico em Administração) – Escola de Administração.
- SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SAVARIS, M. C. *Rio Grande do Sul: história e identidade*. Porto Alegre: Fundação Cultural Gaúcha, 2008.
- SCHAFF, A. *A sociedade informática: as consequências sociais na segunda revolução industrial*. 4.ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasileira, 1995.
- SHILS, E. *Tradition*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.
- SILVA, A. O. da. Anotações sobre a modernidade na obra de Anthony Giddens. *Revista Espaço Acadêmico*, ano IV, n.47, abr. 2005.
- SOUSA SANTOS, B. de. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- TAJRA, S. *Comunidades virtuais: um fenômeno social autopoietico na sociedade do conhecimento*. São Paulo, 2002. Dissertação (mestrado) PUC/SP. Disponível em <www.tajratecnologias.com.br/artigo4.htm>. Acesso em 8/6/2008.
- VALENTE, C., MATTAR, J. *Second Life e Web 2.0 na educação: o potencial revolucionário das novas tecnologias*. São Paulo: Novatec, 2007.
- WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1968.
- _____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1983.
- _____. Ação e relação social. In: FORACCHI, M. M., MARTINS, J. S. (Org.). *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- _____. *Economia e sociedade*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

ZATTERA, V. S. *Gaúcho* – Vestuário tradicional e costumes. Porto Alegre: Pallotti, 1995.

Referências eletrônicas

Blog do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Disponível em <<http://www.mtgrs.blogspot.com>>. Acesso em 9/8/2009.

Bookmarks sobre cultura gaúcha disponíveis no Delicious. Disponível em <http://delicious.com/search?p=cultura+ga%C3%BAcha&hk=&context=recent%7C%7Cga%C3%BAcho&fr=del_icio_us&lc>. Acesso em 9/8/2009.

Página do Orkut da comunidade CTG. Disponível em <<http://www.Orkut.com.br/Main#Community.aspx?cmm=56366>>. Acesso em 9/8/2009.

Twitter da Rádio Gauchinha. Disponível em <<http://twitter.com/radiogauchinha>>. Acesso em 9/8/2009.

Website do CTG Brasil Estância Celeste. Disponível em <<http://www.ctgbrasil.com/historia.htm>>. Acesso em 6/8/2009.

Website da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha. Disponível em <<http://www.cbtg.com.br>>. Acesso em: 6/9/2009.

Website do CTG Brasil Estância Celeste no Second Life. Disponível em <<http://www.secondlife.com>>. Acesso em 6/8/2009.

Website do grupo musical Guapos. Disponível em <<http://www.guapos.com.br/mx/rss.php>>. Acesso em 9/8/2009.

Website do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Disponível em <<http://www.igtf.rs.gov.br/>>. Acesso em 6/9/2009

Website do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Disponível em <<http://www.mtg.org.br>>. Acesso em 9/8/2009.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 23, 7 x 42,10 paicas

Tipologia: Horley Old Style 10,5/14

2010

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Tulio Kawata

ISBN 978-85-7983-088-4



9 788579 830884

CULTURA
ACADÊMICA 
Editora